

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
4 - NIRE 25300322746		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Joaquim Floriano, 913		2 - BAIRRO OU DISTRITO Itaim Bibi	
3 - CEP 04534-013	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3074-2404	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX	11 - DDD 011	12 - FAX 3074-2405	13 - FAX -
14 - FAX -			
15 - E-MAIL ri@ohlbrasil.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Alessandro Scotoni Levy			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Joaquim Floriano, 913		3 - BAIRRO OU DISTRITO Itaim Bibi	
4 - CEP 04534-013	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3074-2404	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 011	13 - FAX 3074-2405	14 - FAX -
15 - FAX -			
16 - E-MAIL alessandro@ohlbrasil.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	2	01/04/2010	30/06/2010	1	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Edgar Jabbour					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 839.554.458-87		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	68.889	68.889	68.889
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	68.889	68.889	68.889
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estrangeira Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3110 - Emp. Adm. Part. - Const. Civil, Mat. Const. e Decoração
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Gerenciamento de concessões públicas
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO/E	30/04/2010	Dividendo	31/05/2010	ON	0,6077294562

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 13/05/2011	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	1.532.616	1.432.119
1.01	Ativo Circulante	124.525	92.798
1.01.01	Disponibilidades	47.966	12.018
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	47.966	12.018
1.01.02	Créditos	67.393	48.333
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	67.393	48.333
1.01.02.02.01	Contas a receber - sociedades ligadas	67.393	48.333
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	9.166	32.447
1.01.04.01	Despesas Antecipadas	404	133
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	7.904	8.720
1.01.04.03	Adiantamentos para novos projetos	0	256
1.01.04.04	Dividendos a receber	0	22.978
1.01.04.05	Outros Créditos	858	360
1.02	Ativo Não Circulante	1.408.091	1.339.321
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	419.977	419.872
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	416.000	416.000
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	416.000	416.000
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	3.977	3.872
1.02.01.03.01	Cauções contratuais	83	83
1.02.01.03.02	Depósitos Judiciais	3.842	3.717
1.02.01.03.03	Outras contas a receber	52	72
1.02.02	Ativo Permanente	988.114	919.449
1.02.02.01	Investimentos	982.351	914.482
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	1.053	1.053
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	981.298	913.429
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	5.369	4.642
1.02.02.03	Intangível	394	325
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	1.532.616	1.432.119
2.01	Passivo Circulante	68.398	93.455
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	60.968	44.573
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.015	833
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	5.450	5.195
2.01.04.01	Obrigações Sociais	3.845	3.648
2.01.04.02	Obrigações Fiscais	1.605	1.547
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	41.866
2.01.05.01	Dividendos Propostos	0	41.866
2.01.06	Provisões	840	837
2.01.06.01	Provisões diversas - Sociedades Ligadas	840	837
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	125	151
2.01.08.01	Cauções Contratuais	13	13
2.01.08.02	Outras contas a pagar	112	138
2.02	Passivo Não Circulante	356.000	356.000
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	356.000	356.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	356.000	356.000
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.108.218	982.664
2.05.01	Capital Social Realizado	549.083	549.083
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	581.406	455.852
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(22.271)	(22.271)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/12/2009
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	67.101	128.004	54.807	72.262
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.102)	(8.536)	(4.175)	(8.255)
3.06.02.01	Gerais e administrativas	(2.878)	(6.499)	(3.299)	(6.848)
3.06.02.02	Remuneração da Administração	(1.089)	(2.444)	(536)	(1.494)
3.06.02.03	Tributárias	(685)	(1.339)	(648)	(1.254)
3.06.02.04	Outras receitas operacionais, líquidas	550	1.746	308	1.341
3.06.03	Financeiras	1.692	3.540	1.894	3.305
3.06.03.01	Receitas Financeiras	11.969	22.956	11.820	25.525
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	11.943	22.921	11.711	25.387
3.06.03.01.02	Varição cambial, líquida	26	35	109	138
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(10.277)	(19.416)	(9.926)	(22.220)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	69.511	133.000	57.088	77.212
3.07	Resultado Operacional	67.101	128.004	54.807	72.262
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	67.101	128.004	54.807	72.262
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.001)	(2.067)	(457)	(1.164)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	66.100	125.937	54.350	71.098
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	68.889	68.889	68.889	68.889
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,95951	1,82811	0,78895	1,03207
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(5.525)	(9.235)	(6.033)	(11.049)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(70.642)	(135.136)	(58.131)	(78.958)
4.01.01.01	Depreciações e Amortizações	243	485	169	362
4.01.01.02	Baixa Ativo Imobilizado	12	41	(21)	(21)
4.01.01.03	Despesas de Juros, Líquidas	(1.386)	(2.662)	(1.191)	(2.087)
4.01.01.04	Equivalencia Patrimonial	(69.511)	(133.000)	(57.088)	(77.212)
4.01.01.05	Constituição de Provisão para Contig.	0	0	0	0
4.01.01.06	Recebimento de Dividendos	0	0	0	0
4.01.01.07	Recebimento de JCP	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(983)	(36)	(2.252)	(3.189)
4.01.02.01	Contas a Receber	0	12	84	119
4.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0	0
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	(284)	(271)	(209)	(329)
4.01.02.04	Imposto a Recuperar	1.048	816	57	(2.815)
4.01.02.05	Contas a Rec - Soc. Lig.	0	0	76	280
4.01.02.06	Outros	(564)	(615)	(569)	(747)
4.01.02.07	Fornecedores	703	182	(233)	(195)
4.01.02.08	Obrigações Sociais	(1.101)	197	(746)	(113)
4.01.02.09	Obrigações Fiscais	(788)	58	(558)	757
4.01.02.10	Outros	3	(415)	(154)	(146)
4.01.02.11	Dividendos Recebidos	0	0	0	0
4.01.03	Outros	66.100	125.937	54.350	71.098
4.01.03.01	Lucro Líquido do Período	66.100	125.937	54.350	71.098
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	80.834	87.049	37.979	39.558
4.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado	(538)	(1.199)	(364)	(477)
4.02.02	Adições de Investimento	(51.792)	(71.792)	(52.999)	(93.000)
4.02.03	Empréstimo de Mútuo - Empr. Ligadas	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.02.04	Adiantamento para Novos Projetos	311	256	(2)	(6)
4.02.05	Adições ao Intangível	(78)	(123)	(32)	(138)
4.02.06	Redução de Capital de Sociedade Control.	55.000	55.000	9.000	9.000
4.02.07	Aumento de Capital da Sociedade Controla	0	0	0	0
4.02.08	Recebimento de dividendos - ex. anterior	17.687	22.978	76.639	104.096
4.02.09	Receb. de juros sobre o capital próprio	6.990	13.648	5.737	11.526
4.02.10	Recebimento de dividendos	53.254	68.281	0	8.557
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(41.866)	(41.866)	5.689	5.689
4.03.01	Captações - Emprést. e Financ.	0	0	0	0
4.03.02	Pagamentos - Emprést. e Financ.	0	0	0	0
4.03.03	Pagamentos de Dividendos	(41.866)	(41.866)	0	0
4.03.04	Pagamento de Mútuos	0	0	5.689	5.689
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	33.443	35.948	37.635	34.198
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.523	12.018	1.895	5.332
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.966	47.966	39.530	39.530

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	455.852	59.363	(22.271)	1.042.027
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	455.852	59.363	(22.271)	1.042.027
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	66.100	0	66.100
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Retenção de lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	91	0	91
5.12.01	Lucro líquido do período	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	91	0	91
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	455.852	125.554	(22.271)	1.108.218

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	455.852	0	(22.271)	982.664
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	455.852	0	(22.271)	982.664
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	125.937	0	125.937
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	(383)	0	(383)
5.12.01	Lucro líquido do exercício	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	(383)	0	(383)
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	455.852	125.554	(22.271)	1.108.218

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	4.261.677	3.467.614
1.01	Ativo Circulante	1.128.300	532.244
1.01.01	Disponibilidades	986.864	442.192
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	986.864	442.192
1.01.02	Créditos	71.276	64.228
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	71.276	64.228
1.01.02.02.01	Contas a Receber	71.038	64.141
1.01.02.02.02	Contas a Receber - Pessoas Ligadas	238	87
1.01.03	Estoques	3.619	2.279
1.01.04	Outros	66.541	23.545
1.01.04.01	Despesas Antecipadas	10.449	6.762
1.01.04.02	IR & CS Diferido	0	0
1.01.04.03	Impostos a Recuperar	14.662	13.550
1.01.04.04	Adiantamento para novos projetos	0	256
1.01.04.05	Aplicações Financeiras Vinculadas	36.297	0
1.01.04.06	Outros Créditos	5.133	2.977
1.02	Ativo Não Circulante	3.133.377	2.935.370
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	75.502	79.867
1.02.01.01	Créditos Diversos	153	5.298
1.02.01.01.01	Aplicações financeiras vinculadas	153	5.298
1.02.01.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.01.03	Outros	75.349	74.569
1.02.01.01.03.01	Impostos a recuperar	1.717	1.699
1.02.01.01.03.02	Despesas Antecipadas	17	510
1.02.01.01.03.03	Cauções contratuais	97	98
1.02.01.01.03.04	IR& CS Diferido	62.876	61.530
1.02.01.01.03.05	Depósitos Judiciais	10.591	10.660
1.02.01.01.03.06	Outras contas a receber	51	72
1.02.02	Ativo Permanente	3.057.875	2.855.503
1.02.02.01	Investimentos	1.053	1.053
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	32.666	27.671
1.02.02.03	Intangível	3.024.156	2.826.779
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	4.261.677	3.467.614
2.01	Passivo Circulante	1.478.144	1.280.972
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.056.058	946.883
2.01.02	Debêntures	130.319	0
2.01.03	Fornecedores	66.065	55.076
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	81.934	82.137
2.01.04.01	Obrigações sociais	36.915	33.358
2.01.04.02	Obrigações fiscais	45.019	48.779
2.01.04.03	IR & CS Diferido	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	41.866
2.01.05.01	Dividendos propostos	0	41.866
2.01.06	Provisões	54.222	68.447
2.01.06.01	Provisões diversas - sociedades ligadas	829	895
2.01.06.02	Riscos cíveis, trabalhista se fiscais	0	0
2.01.06.03	Provisão para manutenção em rodovias	47.630	62.474
2.01.06.04	Provisão para investimentos em rodovias	5.763	5.078
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	89.546	86.563
2.01.08.01	Outras contas a pagar	9.175	10.958
2.01.08.02	Cauções contratuais	22.709	20.411
2.01.08.03	Credores pela concessão	57.662	55.194
2.02	Passivo Não Circulante	1.799.211	1.335.460
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.799.211	1.335.460
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	38.458	847.050
2.02.01.02	Debêntures	1.248.905	0
2.02.01.03	Provisões	166.669	147.376
2.02.01.03.01	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.512	7.368
2.02.01.03.02	Provisão para manutenção em rodovias	57.974	61.252
2.02.01.03.03	Provisão para investimento em rodovias	101.183	78.756
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	345.179	341.034
2.02.01.06.01	Credores pela concessão	319.663	320.576
2.02.01.06.02	Receita diferida	1.254	452
2.02.01.06.03	IR & CS Diferido	21.903	17.765
2.02.01.06.04	Outras contas a pagar	2.359	2.241
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	984.322	851.182
2.05.01	Capital Social Realizado	549.083	549.083
2.05.02	Reservas de Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/12/2009
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	457.510	324.370
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(22.271)	(22.271)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	573.817	1.077.986	488.510	946.558
3.02	Deduções da Receita Bruta	(38.271)	(72.897)	(29.332)	(51.970)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	535.546	1.005.089	459.178	894.588
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(341.459)	(631.960)	(301.349)	(644.998)
3.05	Resultado Bruto	194.087	373.129	157.829	249.590
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(91.819)	(176.063)	(71.083)	(132.147)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(35.794)	(71.108)	(38.511)	(69.135)
3.06.02.01	Gerais e administrativa	(31.545)	(62.443)	(33.287)	(59.016)
3.06.02.02	Remuneração da administração	(2.763)	(5.641)	(2.425)	(5.172)
3.06.02.03	Tributárias	(711)	(1.736)	(1.078)	(2.017)
3.06.02.04	Amortização do ágio em investimentos	(2.033)	(4.067)	(1.711)	(4.066)
3.06.02.05	Outras receitas operacionais, líquidas	1.258	2.779	(10)	1.136
3.06.03	Financeiras	(56.025)	(104.955)	(32.572)	(63.012)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	21.973	31.736	11.243	25.267
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	21.618	31.701	11.131	25.126
3.06.03.01.02	Variação Cambial	355	35	112	141
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(77.998)	(136.691)	(43.815)	(88.279)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	102.268	197.066	86.746	117.443
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	102.268	197.066	86.746	117.443
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(31.861)	(60.751)	(23.739)	(44.291)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.11	IR Diferido	(165)	(2.792)	(5.661)	2.506
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	70.242	133.523	57.346	75.658
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	68.889	68.889	68.889	68.889
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,01964	1,93823	0,83244	1,09826
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	158.184	302.315	183.777	212.914
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	116.435	223.958	45.789	125.888
4.01.01.01	Depreciações e Amortizações	42.327	80.140	31.493	60.212
4.01.01.02	Amortização de Ágio em Investimento	2.033	4.067	1.711	4.066
4.01.01.03	Baixa de Ativo Imob. pelo valor Res.	(768)	1.275	(8.052)	763
4.01.01.04	IR & CS Diferidos	165	2.792	5.717	(2.506)
4.01.01.05	Despesas (Rec) de Juros, Líquidas	0	0	0	0
4.01.01.06	Reversão de Receita Diferida	1.141	802	1.024	702
4.01.01.07	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(248)	144	1.724	2.405
4.01.01.08	Varição monetária e juros	15.020	28.645	3.628	5.028
4.01.01.09	Receita financeira	(510)	(616)	(271)	(271)
4.01.01.10	Juros e variações de empretismo	53.443	91.530	9.877	47.340
4.01.01.11	Juros e variações de debentures	6.370	6.370	0	0
4.01.01.12	Despesas financeiras AVP	2.848	5.417	5.280	5.244
4.01.01.13	Constituição de provisao de manutenção	(5.386)	3.392	(6.342)	2.905
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(28.493)	(55.166)	80.642	11.368
4.01.02.01	Contas a Receber	(10.426)	(6.897)	(12.685)	(13.522)
4.01.02.02	Estoques	(935)	(1.340)	860	970
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	994	(3.194)	894	(5.891)
4.01.02.04	Impostos a Recuperar	(324)	(984)	352	(1.784)
4.01.02.05	Outros	(747)	(2.156)	547	3.378
4.01.02.06	Fornecedores	4.239	(4.267)	87.318	48.045
4.01.02.07	Obrigações Sociais	(2.151)	3.557	6.407	9.152
4.01.02.08	Obrigações Fiscais	906	(4.143)	2.382	(19.087)
4.01.02.09	Cauções Contratuais	2.629	2.298	(1.646)	2.992
4.01.02.10	Outros	(3.194)	(1.664)	(2.978)	(10.992)
4.01.02.11	Credores pela concessão	76	101	107	(5)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009	7 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01.02.12	Pagamento de juros	(19.594)	(36.417)	0	0	0
4.01.02.14	Contas a receber soc. ligadas	(151)	(151)	6	0	0
4.01.02.15	Cauções contratuais	0	1	(2)	(101)	
4.01.02.16	Depositos judiciais	176	69	(944)	(1.836)	
4.01.02.17	Outros contas a receber	9	21	24	49	
4.01.03	Outros	70.242	133.523	57.346	75.658	
4.01.03.02	Lucro líquido do período	70.242	133.523	57.346	75.658	
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(187.420)	(300.872)	(243.798)	(482.301)	
4.02.02	Valor resgatado dos depósitos vinculados	24.705	24.705	0	0	
4.02.03	Aquisições de Ativos Imobilizado	(2.231)	(9.402)	(6.197)	(8.912)	
4.02.05	Adições ao Intangível	(154.870)	(261.044)	(238.036)	(473.623)	
4.02.06	Adiantamentos para Novos Projetos	311	256	(2)	(6)	
4.02.07	Aplicações financeiras vinculadas	(55.335)	(55.387)	437	240	
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	554.503	543.229	453.557	792.767	
4.03.01	Captações - Emprést. e Financ.	46.194	116.276	485.666	910.670	
4.03.02	Pagamentos - Emprést. e Financ.	(788.665)	(853.973)	(16.971)	(38.438)	
4.03.03	Pagamento Credores pela Concessão	(13.596)	(27.191)	(13.119)	(26.237)	
4.03.04	Pagamento de Dividendos	(41.866)	(41.866)	0	0	
4.03.05	Emissão de Debêntures	1.372.854	1.372.854	0	0	
4.03.06	Pagamento de juros	(20.418)	(22.871)	(2.019)	(53.228)	
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0	
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	525.267	544.672	393.536	523.380	
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	461.597	442.192	246.128	116.284	
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	986.864	986.864	639.664	639.664	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	324.370	62.808	(22.271)	913.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	324.370	62.808	(22.271)	913.990
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	70.242	0	70.242
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03.01	Retenção de lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	90	0	90
5.12.01	Lucro líquido do exercício	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	90	0	90
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	324.370	133.140	(22.271)	984.322

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	549.083	0	0	324.370	0	(22.271)	851.182
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	549.083	0	0	324.370	0	(22.271)	851.182
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	133.523	0	133.523
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	(383)	0	(383)
5.12.01	Lucro líquido do exercício	0	0	0	0	0	0	0
5.12.02	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	(383)	0	(383)
5.13	Saldo Final	549.083	0	0	324.370	133.140	(22.271)	984.322

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Sociedade”) é domiciliada à Rua Joaquim Floriano, 913 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As Informações Trimestrais – ITR da Sociedade individuais e consolidadas relativas ao semestre findo em 3º de junho de 2010 abrangem a Sociedade e suas controladas, (conjuntamente referidas como “o Grupo OHL” e individualmente como “entidade do Grupo”). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços;
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil;
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral;
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, por meio de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões;
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente;
- A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi aprovada pela diretoria em 10 de maio de 2011.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 e em 1º janeiro de 2009, de concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado abaixo:

Concessionárias Estaduais

- Autovias S.A. (“Autovias”)

A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil situada na Rodovia Anhangüera, km 312,2, iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998 com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10.

A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant'anna:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35;
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior:

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhangüera:

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari:

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha:

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36;
- Implantação de vias marginais entre os kms 30 e 35 do lado direito e entre o km 33 e o km 35 do lado esquerdo.
- Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”)

A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis km 216,8 Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de

Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem – DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e Itirapina a Bauru.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 11/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235 + 040.
- Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”)

A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999 e iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos - Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, de serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da

prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses).

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram substancialmente cumpridos:

Obras

Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191-Rodovia Wilson Finardi

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhangüera - Contorno Rodoviário de Araras

Adicionalmente e em decorrência do Termo Aditivo acima referido, a concessionária assumiu novos compromissos de obras que estão sendo realizadas e cujo cronograma resumido encontra-se no quadro consolidado de investimentos e manutenções apresentado abaixo.

- Vianorte S.A. (“Vianorte”)

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP nº 009/CIC/97 - Lote 05 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP-330 Rodovia Anhangüera, SP-322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram substancialmente cumpridos:

SP 322 Rodovia Atílio Balbo / Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343+500 e o km 390+500 - Sertãozinho / Bebedouro;
- Duplicação do trecho entre o km 307+500 e o km 325+910 - Contorno Viário Sul;
- Construção de dispositivos de acessos / retornos;
- Construção de passarelas entre o km 334+860 e 337+790 - Sertãozinho;
- Construção de marginais entre o km 333+160 e o km 343+480;
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 km 325+910 (entroncamento);
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345+100.

SP 330 Rodovia Anhangüera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra;

- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia no km 366+150;
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319+650.

Em decorrência desses contratos de concessões, as Concessionárias Estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível, como direito da outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 19, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de 30 de junho de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Autovias Previsão de 2010 a 2018</u>	<u>Centrovias Previsão de 2010 a 2019</u>	<u>Intervias Previsão de 2010 a 2028</u>	<u>Vianorte Previsão de 2010 a 2018</u>	<u>Total</u>
Melhorias na infraestrutura	85.341	53.249	417.065	50.045	605.700
Conserva especial	<u>262.880</u>	<u>201.249</u>	<u>320.159</u>	<u>219.219</u>	<u>1.003.507</u>
	<u>348.221</u>	<u>254.498</u>	<u>737.224</u>	<u>269.264</u>	<u>1.609.207</u>

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - Serão registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.

As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras-de-arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Concessionárias Federais

- Autopista Planalto Sul S.A. (“Planalto Sul”)

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, nº 4.040 - Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia;
- 48,3 km de terceira faixa;
- 10,2 km de vias laterais;
- Construção de nove passarelas;

- Construção de cinco praças de pedágio;
 - Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário;
 - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
 - Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”)

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, nº 100 - Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia;
 - 3,8 km de vias laterais;
 - 28,3 km de variantes e contornos;
 - Construção de 17 passarelas;
 - Construção de 5 praças de pedágio;
 - Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário;
 - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
 - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fernão Dias S.A. (“Fernão Dias”)

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR381, km 850,5 Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, de conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15/02/08, precedida da

execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 - MG. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa;
 - 94,16 km de vias laterais;
 - 10,3 km de variantes/contornos;
 - Construção de 50 passarelas;
 - Construção de 8 praças de pedágio;
 - Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário;
 - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
 - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Régis Bittencourt”)

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia;
- 104,9 km de terceira faixa;
- 109,6 km de vias laterais;

- 23,6 km de variantes/contornos;
 - Construção de 51 passarelas;
 - Construção de 6 praças de pedágio;
 - Construção de 9 Bases de Serviço Operacional – BSO;
 - Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
 - Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”)

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro para Fluminense e Litoral Sul e no

mês de dezembro para Planalto Sul, Fernão Dias e Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagarão ao poder concedente pelo direito de exploração dos lotes mencionados nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor Anual</u>	<u>Valor no Período da Concessão</u>
Planalto Sul	1.846	46.143
Fluminense	2.665	66.630
Fernão Dias	8.917	202.096
Régis Bittencourt	8.436	210.900
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>160.595</u>
	<u>28.288</u>	<u>686.364</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER;
- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias

federais. Sendo de responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão;

- As concessionárias federais assumem integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão;
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos;
- As concessionárias federais assumem integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão;
- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. O registro de sociedade por ações de capital aberto foi concedido pela CVM em 29 de março de 2010;
- As concessionárias federais devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de 30 de junho de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>Previsão 2011 a 2033</u>					
	<u>Planalto Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão Dias</u>	<u>Régis Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>	<u>Total</u>
Melhorias na infraestrutura	283.334	651.787	463.267	1.110.251	782.668	3.291.307
Recuperações /Manutenções	<u>423.384</u>	<u>401.728</u>	<u>752.244</u>	<u>680.430</u>	<u>639.464</u>	<u>2.897.250</u>
Total	<u>706.718</u>	<u>1.053.515</u>	<u>1.215.511</u>	<u>1.790.681</u>	<u>1.422.132</u>	<u>6.188.557</u>

Referidas estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 20.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações trimestrais individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações trimestrais individuais da Controladora apresentam, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial e a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para as IFRS. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 (equivalente ao IFRS 1) foi aplicado. Uma explicação de como a transição para as normas IFRS afetou a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade está apresentada na nota explicativa nº 5.

3.2. Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das informações trimestrais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação destes serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras das empresas do Grupo OHL. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade e suas Controladas na elaboração das informações trimestrais são:

4.1. Base de consolidação

Combinações de negócios

Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009:

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Sociedade mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente como resultado do período.

Para cada combinação de negócios a Sociedade escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo ou pela sua proporcionalidade sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação incorridos em uma combinação de negócios, que não sejam associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2010 não houve transações qualificadas como combinação de negócios.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009:

Como parte da transição para as IFRS e os CPC a Sociedade optou por não rerepresentar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos no item 4.5.

Princípios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas onde a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante e estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os

investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas.

A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

<u>Controlada</u>	<u>País</u>	<u>Capital Total / Votante</u>	
		<u>30/06/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Autovias	Brasil	100%	100%
Centrovias	Brasil	100%	100%
Intervias	Brasil	100%	100%
Vianorte (indiretamente)	Brasil	100%	100%
Planalto Sul	Brasil	100%	100%
Fluminense	Brasil	100%	100%
Fernão Dias	Brasil	100%	100%
Régis Bittencourt	Brasil	100%	100%
Litoral Sul	Brasil	100%	100%
Latina Manutenção (a)	Brasil	100%	100%
Paulista (b)	Brasil	100%	100%
Latina Sinalização (c)	Brasil	100%	100%
SPR (d)	Brasil	100%	100%

- (a) A Latina Manutenção constituída em 2005 é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.
- (b) A Paulista constituída em 2005 é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de fiscalização e administração de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.
- (c) A Latina Sinalização constituída em 2008 domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 tem por objetivo a prestação de serviços de implantação e de sinalização viária e serviços correlatos. As operações da Latina Sinalização iniciaram-se durante o primeiro trimestre de 2009.
- (d) A SPR - Sociedade para Participações em rodovias S.A. (“SPR”), domiciliada à Rua Joaquim Floriano, 913 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objetivo a participação em outras

sociedades como sócia, acionista ou cotista, bem como o exercício de quaisquer atividades relacionadas com seu objeto social, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A SPR tem participação de 100% do capital social e votante da Vianorte.

A Sociedade possui também 4,68% do capital da STP - Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágio em âmbito nacional e é registrada pelo custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, bem como os principais compromissos e outras informações, estão divulgados na nota explicativa nº 2.

4.2. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de junho de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Sociedade possuía instrumentos financeiros classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativo não circulante.

Em 30 de junho de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os saldos destes ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas, são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

b) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas

informações trimestrais. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos não terem saldos relevantes, a Sociedade não adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado pela utilização da prática do custo atribuído (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - “Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - “Ativo Imobilizado” e da ICPC 10.

Adicionalmente, os efeitos da depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação da ICPC 10, foram revisados para o período iniciado em 1º de janeiro de 2010 e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das informações trimestrais referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009.

4.4. Ativo Diferido

O Pronunciamento CPC 43 (R1), determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, estes saldos foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRS).

4.5. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu um ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva demanda de tráfego estimada para o período de concessão, a

partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas informações trimestrais consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção de curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda, se houver. Por se tratar basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o mesmo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período

de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.8. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº19.

As controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte ajustam a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo circulante e não circulante com base nas suas taxas médias de encargos financeiros contatados à época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, onde está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.9. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e para a contribuição social é calculada sobre a base tributável do trimestre. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado individual, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não

tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do trimestre.

Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme nota explicativa nº 9.

4.10. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.11. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados,

sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 20.

4.12. Passivos ajustados ao seu valor presente.

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de junho de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- Provisão para manutenção: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados pela aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- Credores da Concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados pela aplicação da taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente de passivos, circulantes e não circulantes nas datas dos balanços estão demonstrados abaixo:

<u>Circulantes</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Provisão para investimentos em rodovias - nominal	5.950	5.217	6.603
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	<u>5.763</u>	<u>5.078</u>	<u>6.405</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>187</u>	<u>139</u>	<u>198</u>
Provisão para manutenção - nominal	48.739	64.152	53.807
Provisão para manutenção a valor presente	<u>47.630</u>	<u>62.474</u>	<u>52.401</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>1.109</u>	<u>1.678</u>	<u>1.406</u>
Credores para concessão - nominal (*)	59.134	56.600	55.879
Credores para concessão a valor presente (*)	<u>57.662</u>	<u>55.194</u>	<u>54.533</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>1.472</u>	<u>1.406</u>	<u>1.346</u>
<u>Não circulantes</u>			
Provisão para investimentos em rodovias - nominal	64.342	68.285	76.609
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	<u>57.974</u>	<u>61.252</u>	<u>65.550</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>6.368</u>	<u>7.033</u>	<u>11.059</u>
Provisão para manutenção - nominal	121.703	92.986	87.491
Provisão para manutenção a valor presente	<u>101.183</u>	<u>78.756</u>	<u>78.121</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>20.520</u>	<u>14.230</u>	<u>9.370</u>
Credores para concessão - nominal	397.203	402.603	464.631
Credores para concessão a valor presente	<u>319.663</u>	<u>320.576</u>	<u>361.660</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>77.540</u>	<u>82.027</u>	<u>102.971</u>

(*) Inclui a parcela variável.

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do trimestre.

4.13. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando o Grupo OHL presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Estas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objetos das concessões.

4.14. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.15. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e de pagamento de juros sobre o capital próprio cuja somatória estiver incluída na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como um passivo na rubrica “Dividendos Propostos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação contratual prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 21.

4.16. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido pela diretoria da Administração da Sociedade.

4.17. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

A Sociedade não adotou as IFRS a seguir, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e ainda não editadas no Brasil pelo CPC.

As principais modificações e expectativas da Administração estão descritas abaixo:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração espera que a adoção desta norma não tenha efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros da Sociedade. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada uma revisão detalhada de sua aplicação.

5. IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) - aumenta as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém se o transferidor retém certo nível de exposição o item continua em seu ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração não espera que essas modificações tenham um efeito relevante sobre as divulgações da Sociedade relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas. No entanto, caso a Sociedade realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) - aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Sociedade não celebrou nenhum acordo que se enquadraria no escopo das modificações. No entanto, caso a Sociedade adquira direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações na IAS 32 e CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos.

IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes) - em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - *Income Taxes* denominada “*Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar seu valor contábil através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - *Investment Property*, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - *Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets* não será mais aplicável às propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente nos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

IFRS 1: eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS - em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 1 - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* que trata da eliminação de datas fixas para sua adoção inicial. As modificações substituem a data fixa de 1º de janeiro de 2004 para uma data de transição, de forma que a adoção inicial das IFRS não tenha aplicação dos requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para

exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS, novas e revisadas, apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM em manter atualizado o conjunto de normas emitido no Brasil com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

5. ADOÇÃO INICIAL DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS) CONFORME EMITIDAS PELO IASB

5.1 Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas (identificadas como Consolidado), para o semestre findo em 30 de junho de 2010, são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Sociedade aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas abaixo.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- (i) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a essa classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos.
- (ii) Mensuração de combinações de negócios: a Sociedade optou por não remensurar combinações de negócios ocorridas antes da data de transição para os novos pronunciamentos.
- (iii) Transição de contabilização para contratos de concessão: a aplicação retrospectiva foi adotada para os seguintes contratos de concessão: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul. Dada a

impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, as medidas de transição previstas no IFRS1 e ICPC01 foram adotadas de forma prospectiva para os seguintes contratos de concessão: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

Exceção das estimativas

A Sociedade aplicou a exceção obrigatória de adoção retroativa dos IFRSs referente a estimativas. As estimativas utilizadas na preparação das informações trimestrais de acordo com o novo padrão contábil em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas realizadas para essas mesmas datas em conformidade com o BR GAAP anterior.

Os principais efeitos produzidos nas demonstrações financeiras consolidadas pela aplicação do ICPC-01 foram:

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de abertura de 1º de janeiro de 2009:

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente apresentados	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	116.284	-	116.284
Contas a receber	38.449	-	38.449
Contas a receber - partes relacionadas	87	-	87
Estoques	3.390	-	3.390
Despesas antecipadas	4.771	-	4.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.222	(5.222)	-
Impostos a recuperar	11.875	-	11.875
Adiantamentos para novos projetos	247	-	247
Outros créditos	4.957	-	4.957
Total dos ativos circulantes	<u>185.282</u>	<u>(5.222)</u>	<u>180.060</u>
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	5.036	-	5.036
Impostos a recuperar	1.717	-	1.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.001	51.795	59.796
Depósitos judiciais	4.772	-	4.772
Outras contas a receber	146	-	146
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	-	1.053
Imobilizado	1.817.522	(1.795.817)	21.705
Intangível	376.236	1.962.019	2.338.255
Diferido	<u>158.507</u>	<u>(158.507)</u>	<u>-</u>

Total dos ativos não circulantes	2.372.990	59.490	2.432.480
TOTAL DOS ATIVOS	<u>2.558.272</u>	<u>54.268</u>	<u>2.612.540</u>

<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	101.646	-	101.646
Fornecedores	124.662	-	124.662
Obrigações sociais	20.921	-	20.921
Obrigações fiscais	54.919	-	54.919
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.576	(4.576)	-
Contas a pagar – partes relacionadas	978	-	978
Cauções contratuais	24.944	-	24.944
Dividendos propostos	25.041	-	25.041
Cretores pela concessão	54.533	-	54.533
Provisão para manutenção em rodovias	-	52.401	52.401
Provisão para investimentos em rodovias	-	6.405	6.405
Outras contas a pagar	<u>22.473</u>	<u>-</u>	<u>22.473</u>
Total dos passivos circulantes	434.693	54.230	488.923
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	935.070	-	935.070
Cretores pela concessão	361.660	-	361.660
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.495	-	3.495
Receita diferida	429	-	429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.022	4.564	13.586
Provisão para manutenção em rodovias	-	78.121	78.121
Provisão para investimentos em rodovias	-	65.550	65.550
Outras contas a pagar	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
Total dos passivos não circulantes	1.309.686	148.235	1.457.921
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	287.081	(148.197)	138.884
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	813.893	(148.197)	665.696

<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.558.272</u>	<u>54.268</u>	<u>2.612.540</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de 31 de dezembro de 2009:

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	442.192	-	442.192
Contas a receber	64.141	-	64.141
Contas a receber - partes relacionadas	87	-	87
Estoques	2.279	-	2.279
Despesas antecipadas	6.762	-	6.762
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.868	(5.868)	-
Impostos a recuperar	13.550	-	13.550
Adiantamentos para novos projetos	256	-	256
Outros créditos	<u>2.977</u>	<u>-</u>	<u>2.977</u>
Total dos ativos circulantes	538.112	(5.868)	532.244
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	5.298	-	5.298
Impostos a recuperar	1.699	-	1.699
Despesas antecipadas	510	-	510
Cauções contratuais	98	-	98
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.089	47.441	61.530
Depósitos judiciais	10.660	-	10.660
Outras contas a receber	72	-	72
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	-	1.053
Imobilizado	2.298.276	(2.270.605)	27.671
Intangível	342.077	2.484.702	2.826.779
Diferido	<u>138.914</u>	<u>(138.914)</u>	<u>-</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>2.812.746</u>	<u>122.624</u>	<u>2.935.370</u>

<u>Ativos</u>	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>3.350.858</u>	<u>116.756</u>	<u>3.467.614</u>

<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	946.883	-	946.883
Fornecedores	55.076	-	55.076
Obrigações sociais	33.358	-	33.358
Obrigações fiscais	48.779	-	48.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.057	(1.057)	-
Contas a pagar - partes relacionadas	895	-	895
Cauções contratuais	20.411	-	20.411
Dividendos propostos	41.866	-	41.866
Credores pela concessão	55.194	-	55.194
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.264	(7.264)	-
Provisão para manutenção em rodovias	-	62.474	62.474
Provisão para investimentos em rodovias	-	5.078	5.078
Outras contas a pagar	<u>10.958</u>	<u>-</u>	<u>10.958</u>
Total dos passivos circulantes	1.221.741	59.231	1.280.972
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	847.050	-	847.050
Credores pela concessão	320.576	-	320.576
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	104	7.264	7.368
Receita diferida	452	-	452
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.389	7.376	17.765
Provisão para manutenção em rodovias	-	78.756	78.756
Provisão para investimentos em rodovias	-	61.252	61.252
Outras contas a pagar	<u>2.241</u>	<u>-</u>	<u>2.241</u>
Total dos passivos não circulantes	1.180.812	154.648	1.335.460
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	421.493	(97.123)	324.370
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	948.305	(97.123)	851.182
Total dos passivos e patrimônio líquido	<u>3.350.858</u>	<u>116.756</u>	<u>3.467.614</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de 30 de junho de 2010:

	Saldos Originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>ATIVOS</u>			
<u>CIRCULANTES</u>			
Total dos ativos circulantes	1.128.300	-	1.128.300
<u>NÃO CIRCULANTES</u>			
Aplicações financeiras vinculadas	153	-	153
Impostos a recuperar	1.717	-	1.717
Contas a receber - Sociedades ligadas	-	-	-
Despesas antecipadas	17	-	17
Cauções contratuais	97	-	97
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.801	43.075	62.876
Depósitos judiciais	10.591	-	10.591
Outras contas a receber	51	-	51
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	-	1.053
Imobilizado	2.505.875	(2.473.209)	32.666
Intangível	323.176	2.700.980	3.024.156
Diferido	131.328	(131.328)	-
Total dos ativos não circulantes	<u>2.993.859</u>	<u>139.518</u>	<u>3.133.377</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>4.122.159</u>	<u>139.518</u>	<u>4.261.677</u>

<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	1.056.058	-	1.056.058
Empréstimos e financiamentos - sociedades ligadas	-	-	-
Debêntures	130.319	-	130.319
Fornecedores	66.065	-	66.065
Obrigações sociais	36.915	-	36.915
Obrigações fiscais	45.019	-	45.019
Contas a pagar - sociedades ligadas	829	-	829
Cauções contratuais	22.709	-	22.709
Credores pela concessão	57.662	-	57.662
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.068	(7.068)	-
Provisão para manutenção em rodovias	-	47.630	47.630
Provisão para investimentos em rodovias	-	5.763	5.763
Outras contas a pagar	<u>9.176</u>	<u>-</u>	<u>9.175</u>
Total dos passivos circulantes	1.431.820	46.325	1.478.144
<u>NÃO CIRCULANTES</u>			
Empréstimos e financiamentos	38.458	-	38.458
Debêntures	1.248.905	-	1.248.905
Credores pela concessão	319.663	-	319.663
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	444	7.068	7.512
Receita diferida	1.254	-	1.254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.375	9.528	21.903
Provisão para manutenção em rodovias	-	101.183	101.183
Provisão para investimentos em rodovias	-	57.974	57.974
Outras contas a pagar	<u>2.359</u>	<u>-</u>	<u>2.359</u>
Total dos passivos não circulantes	1.623.458	175.752	1.799.211
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	540.069	(82.559)	457.510
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	1.066.881	(82.559)	984.322
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>4.122.159</u>	<u>139.518</u>	<u>4.261.677</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no patrimônio Líquido consolidado em 30 de junho de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009:

	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	1.066.881	948.305	813.893
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:			
Mudança de critério da amortização de investimentos	189.728	121.456	(1.267)

Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita adicional	(3.897)	(2.560)	(1.116)
Provisão para manutenção de rodovias	(262.629)	(206.531)	(128.708)
Despesa financeira decorrente de ajustes a valor presente	(21.423)	(15.690)	(6.014)
Estorno de capitalização de Juros	(463)	(345)	(33)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado dos ajustes	33.547	35.212	46.623
Baixa do Ativo diferido líquida	(123.896)	(131.482)	(143.015)
Estorno da reversão dos Lucros não realizados	106.474	102.817	85.333
Total dos Ajustes	<u>(82.559)</u>	<u>(97.123)</u>	<u>(148.197)</u>
Patrimônio Líquido ajustado pela aplicação do IFRS	<u>984.322</u>	<u>851.182</u>	<u>665.696</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no resultado do período consolidado em 30 de Junho de 2009:

	Trimestre			Semestre		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
RECEITAS	287.309	171.869	459.178	505.228	389.360	894.588
CUSTO DOS SERVIÇOS						
Custo dos serviços prestados	(156.608)	25.959	(130.649)	(309.043)	41.419	(267.624)
Custo dos serviços de construção	-	(170.700)	(170.700)	-	(377.374)	(377.374)
CUSTOS LÍQUIDOS DE SERVIÇOS	(156.608)	(144.741)	(301.349)	(309.043)	(335.955)	(644.998)
OUTRAS RECEITAS						
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	130.701	27.128	157.829	196.185	53.405	249.590
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(28.278)	(5.009)	(33.287)	(52.017)	(6.999)	(59.016)
Remuneração da Administração	(2.071)	(354)	(2.425)	(4.649)	(523)	(5.172)
Tributárias	(1.078)	-	(1.078)	(2.017)	-	(2.017)
Amortização do ágio em investimentos	(1.711)	-	(1.711)	(4.066)	-	(4.066)
Outras receitas operacionais, líquidas	385	(395)	(10)	1.531	(395)	1.136
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	97.948	21.370	119.318	134.967	45.488	180.455
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	10.784	58.806	69.590	24.763	363	25.126
Despesas financeiras	(40.848)	(47.460)	(88.308)	(82.753)	(5.526)	(88.279)
Variação cambial, líquida	112	-	112	141	-	141
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	67.996	32.716	100.712	77.118	40.325	117.443
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(19.531)	(4.152)	(23.683)	(37.174)	(7.117)	(44.291)
Diferidos	(2.708)	(3.009)	(5.717)	9.756	(7.250)	2.506
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>45.757</u>	<u>25.555</u>	<u>71.312</u>	<u>49.700</u>	<u>25.958</u>	<u>75.658</u>

6. Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no resultado do período consolidado em 30 de Junho de 2010:

	Trimestre			Semestre		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
RECEITAS	358.002	177.544	535.546	694.479	310.610	1.005.089
CUSTO DOS SERVIÇOS						
Custo dos serviços prestados	(180.431)	(2.533)	(182.964)	(354.231)	2.093	(352.138)
Custo dos serviços de construção	-	(158.495)	(158.495)		(279.822)	(279.822)
CUSTOS LÍQUIDOS DE SERVIÇOS	(180.431)	(161.028)	(341.459)	(354.231)	(277.729)	(631.960)
OUTRAS RECEITAS						
Equivalência patrimonial				-	-	-
LUCRO BRUTO	177.571	16.516	194.087	340.248	32.881	373.129
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(28.119)	(3.426)	(31.545)	(56.397)	(6.046)	(62.443)
Remuneração da Administração	(2.379)	(384)	(2.763)	(4.888)	(753)	(5.641)
Tributárias	(711)		(711)	(1.736)	-	(1.736)
Amortização do ágio em investimentos	(2.033)		(2.033)	(4.067)		(4.067)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.258		1.258	2.779	-	2.779
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	145.587	12.706	158.293	275.939	26.082	302.021
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	21.187	431	21.618	31.270	431	31.701
Despesas financeiras	(74.408)	(3.589)	(77.997)	(130.802)	(5.889)	(136.691)
Variação cambial, líquida	27	327	354	35	-	35
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	92.393	9.875	102.268	176.442	20.624	197.066
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(28.790)	(3.071)	(31.861)	(56.392)	(4.359)	(60.751)
Diferidos	(1.032)	867	(165)	(1.088)	(1.704)	(2.792)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>62.571</u>	<u>7.671</u>	<u>70.242</u>	<u>118.962</u>	<u>14.561</u>	<u>133.523</u>

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC na demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	Em 30.06.2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais	376.114	(73.543)	302.571
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(338.254)	37.126	(301.128)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	506.812	(36.417)	543.229

Notas sobre as reconciliações apresentadas acima:

ICPC 01 e OCPC05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão:

A partir de 01 de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 01 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Sociedade adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão às previsões da interpretação ICPC-01 emitida pelo CPC. Essa Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

As disposições do ICPC 01 foram aplicadas retrospectivamente para os seguintes contratos de concessão: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período antigo utilizado para fins comparativos) e atribuindo os efeitos nos componentes do patrimônio líquido.

Dada à impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, as medidas de transição previstas no IFRS 1 e ICPC 01 foram adotadas prospectivamente para os seguintes contratos de concessão: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

Adicionalmente os contratos de concessão da Sociedade estão classificados no modelo de ativo intangível.

5.2 Informações trimestrais individuais

Na preparação das suas informações trimestrais individuais (identificadas como Controladora), a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Manutenção do ativo diferido na informações trimestrais individuais: O caráter temporário da manutenção de saldo em conta do ativo diferido no grupo de intangível, procedimento esse permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e nº. 11.941/08 foi revogado na versão revisada do Pronunciamento CPC 43 (R1), onde se incluiu a determinação de que a manutenção do saldo em

conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, o efeito da manutenção desses saldos (de ativos diferidos) foi mantido nas informações trimestrais individuais. Entretanto, os efeitos dos ativos diferidos foram totalmente eliminados nas demonstrações consolidadas para que se alcance a plena convergência com as normas internacionais nessas demonstrações consolidadas.

Exceto pelos efeitos da manutenção dos efeitos do ativo diferido descritos no parágrafo anterior, a Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas informações trimestrais individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2 acima.

Os principais efeitos produzidos nas demonstrações financeiras da controladora pela aplicação do ICPC-01 foram:

Efeitos na adoção dos CPC no balanço da controladora de abertura de 1º de janeiro de 2009:

<u>Ativos</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
Total dos ativos circulantes	27.729	-	27.729
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber - partes relacionadas	424.041	-	424.041
Depósitos judiciais	3.106	-	3.106
Outras contas a receber	116	-	116
Investimentos em controladas e coligadas	751.430	(5.182)	746.248
Imobilizado	3.771	-	3.771

Intangível	231	-	231
Total dos ativos não circulantes	<u>1.182.695</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.177.513</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>1.210.424</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.205.242</u>
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>Passivos e patrimônio líquido</u>			
CIRCULANTES			
Total dos passivos circulantes	30.703	-	30.703
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	<u>365.828</u>	-	<u>365.828</u>
Total dos passivos não circulantes	365.828	-	365.828
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	287.081	(5.182)	281.899
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	-	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	813.893	(5.182)	808.711
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.210.424</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.205.242</u>

Efeitos na adoção dos CPC no balanço controladora de 31 de dezembro de 2009:

<u>Ativos</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
Total dos ativos circulantes	92.798	-	92.798
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber - partes relacionadas	416.000	-	416.000
Cauções contratuais	83	-	83
Depósitos judiciais	3.717	-	3.717
Outras contas a receber	72	-	72
Investimentos em controladas e coligadas	880.123	34.359	914.482
Imobilizado	4.642	-	4.642
Intangível	325	-	325
Total dos ativos não circulantes	<u>1.304.962</u>	<u>34.359</u>	<u>1.339.321</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>1.397.760</u>	<u>34.359</u>	<u>1.432.119</u>
<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
CIRCULANTE			
Total dos passivos circulantes	93.455	-	93.455
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	<u>356.000</u>	<u>-</u>	<u>356.000</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>356.000</u>	<u>-</u>	<u>356.000</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	421.493	34.359	455.852
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	<u>(22.271)</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>948.305</u>	<u>34.359</u>	<u>982.664</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.397.760</u>	<u>34.359</u>	<u>1.432.119</u>

Efeitos na adoção dos CPC no balanço da controladora de 30 de junho de 2010:

<u>ATIVOS</u>	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
---------------	--	----------------	-------------------------

CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	124.525	-	124.525
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber - Sociedades ligadas	416.000	-	416.000
Cauções contratuais	83	-	83
Depósitos judiciais	3.842	-	3.842
Outras contas a receber	52	-	52
Investimentos em controladas e coligadas	941.014	41.337	982.351
Imobilizado	5.369	-	5.369
Intangível	394	-	394
Total dos ativos não circulantes	1.366.754	41.337	1.408.091
TOTAL DOS ATIVOS	1.491.279	41.337	1.532.616

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	1.015	-	1.015
Obrigações sociais	3.845	-	3.845
Obrigações fiscais	1.605	-	1.605
Contas a pagar - sociedades ligadas	61.808	-	61.808
Cauções contratuais	13	-	13
Outras contas a pagar	112	-	112
Total dos passivos circulantes	68.398	-	68.398
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos - sociedades ligadas	356.000	-	356.000
Total dos passivos não circulantes	356.000	-	356.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	540.069	41.337	581.406
Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital	(22.271)	-	(22.271)
Total do patrimônio líquido	1.066.881	41.337	1.108.218
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.491.279	41.337	1.532.616

Efeitos na adoção dos CPC no patrimônio Líquido da controladora em 30 de junho de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009:

	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	1.066.881	948.305	813.893
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos			
Ajuste na Equivalência patrimonial pela mudança de critério Contábil	(65.137)	(68.458)	(90.515)
Estorno da reversão dos Lucros não realizados	106.474	102.817	85.333
Total dos Ajustes	41.337	34.359	(5.182)
Patrimônio Líquido ajustado pela aplicação do IFRS	1.108.218	982.664	808.711

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do período da controladora em 30 de junho de 2009

	Trimestre			Semestre		
	Saldos originalment e apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalment e apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>Outras receitas</u>						
Equivalência patrimonial	48.495	8.593	57.088	55.814	21.398	77.212
LUCRO BRUTO	48.495	8.593	57.088	55.814	21.398	77.212
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(3.299)		(3.299)	(6.848)	-	(6.848)
Remuneração da Administração	(536)		(536)	(1.494)	-	(1.494)
Tributárias	(648)		(648)	(1.254)	-	(1.254)
Outras receitas operacionais, líquidas	308		308	1.341	-	1.341
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	44.320	8.593	52.913	47.559	21.398	68.957
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	11.711	-	11.711	25.387	-	25.387
Despesas financeiras	(9.926)	-	(9.926)	(22.220)	-	(22.220)
Variação cambial, líquida	109	-	109	138	-	138
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	46.214	8.593	54.807	50.864	21.398	72.262
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(457)		(457)	(1.164)	-	(1.164)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	45.757	8.593	54.350	49.700	21.398	71.098

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do período da controladora em 30 de junho de 2010

	Trimestre	Semestre		Semestre		
	Saldos originalment e apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalment e apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
OUTRAS RECEITAS						
Equivalência patrimonial	65.982	3.529	69.511	126.065	6.975	133.000
LUCRO BRUTO	65.982	3.529	69.511	126.065	6.975	133.000
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(2.878)	-	(2.878)	(6.499)	-	(6.499)
Remuneração da Administração	(1.089)		(1.089)	(2.444)	--	(2.444)
Tributárias	(685)		(685)	(1.339)	-	(1.339)
Outras receitas operacionais, líquidas	550		550	1.746	-	1.746
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	61.880	3.529	65.409	117.489	6.975	124.464
Receitas financeiras	11.943		11.943	22.921	-	22.921

Despesas financeiras	(10.277)	-	(10.277)	(19.416)	=	(19.416)
Varição cambial, líquida	26	-	26	25	-	35
RESULTADO FINANCEIRO						
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	63.752	3.529	67.101	121.029	6.975	128.004
Correntes	(1.001)		(1.001)	(2.067)		(2.067)
	-	-	-	-	=	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>62.751</u>	<u>3.529</u>	<u>66.100</u>	<u>118.962</u>	<u>6.975</u>	<u>125.937</u>

Efeitos na adoção dos CPC na demonstração dos fluxos de caixa da controladora

	Em 30.06.2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Saldos		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(9.235)	-	(9.235)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	87.049	-	87.049
Fluxo de caixa das atividade de financiamento	(41.866)	-	(41.866)

Exceto pela manutenção do saldo do ativo diferido, como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a sociedade optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Abaixo apresentamos reconciliação do patrimônio líquido da controladora e consolidado:

	Controladora		
	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido controladora:	1.108.218	982.664	808.711
Ativo diferido	<u>(123.896)</u>	<u>(131.482)</u>	<u>(143.015)</u>
Patrimônio líquido consolidado	<u>984.322</u>	<u>851.182</u>	<u>665.696</u>

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representadas por:

	Controladora			Consolidado		
	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Caixa e contas bancárias	2.960	1.061	765	34.566	20.379	42.827
Aplicações financeiras (*)	<u>45.006</u>	<u>10.957</u>	<u>4.567</u>	<u>952.298</u>	<u>421.813</u>	<u>73.457</u>
Total	<u>47.966</u>	<u>12.018</u>	<u>5.332</u>	<u>986.864</u>	<u>442.192</u>	<u>116.284</u>

(*) representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Certificado de depósito bancário – CDB	45.006	10.957	4.567	317.607	361.856-	44.526

Debêntures	-	-	-	-	36.989-	27.263
Fundos de Investimentos	-	-	-	<u>634.691</u>	<u>22.968-</u>	<u>1.668</u>
Total	<u>45.006</u>	<u>10.957</u>	<u>4.567</u>	<u>952.298</u>	<u>421.813</u>	<u>73.457</u>

8. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado		
	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009
Receitas acessórias a receber	742	538	403
Pedágio eletrônico a receber	64.161	57.759	35.100
Cupons de pedágio a receber	4.308	4.117	1.768
Cartões de pedágio a receber	1.351	1.070	-
Arrecadação de cartão de crédito	-	-	281
Outras	<u>476</u>	<u>657</u>	<u>897</u>
	<u>71.038</u>	<u>64.141</u>	<u>38.449</u>

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificaram a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	Controladora			Consolidado		
	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009
Seguros	17	31	34	9.827	6.470	4.771
Adiantamento a fornecedores	-	102	-	169	790	-
Outros	<u>387</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>470</u>	<u>12</u>	<u>-</u>
	<u>404</u>	<u>133</u>	<u>34</u>	<u>10.466</u>	<u>7.272</u>	<u>4.771</u>
Circulante	404	133	34	10.449	6.762	4.771
Não circulante	-	-	-	17	510	-

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Diferenças temporárias:			
Bases do ativo diferido:			
Prejuízo Fiscal (a)	31.255	24.621	132-
Provisão de Participação nos lucros		(940)	-
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	7.055	6.883	1.667
Direito de concessão incorporado (c)	17.721	17.700	29.506
Mudança de prática contábil (d)	2.204	8.741	3.929

	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (g):			
Provisão para manutenção de rodovias	138.202	135.805	130.554
Provisão para investimentos em rodovias	3.162	5.459	7.579
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	(19.968)	(22.365)	589
Ajuste dos encargos financeiros	5.299	4.128	1.914
Base de cálculo	184.930	180.972	175.870
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	62.876	61.530	59.796
Bases do passivo diferido:			
Ajustes de leasing financeiro	125	194	129
Ajuste ao valor presente do registro da outorga (e)	21.075	21.935	28.173
Amortização do direito de outorga incorporado (f)	15.198	10.132	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (g):			
Provisão para manutenção de rodovias	(9.819)	(5.182)	-
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	41.110	26.568	187
Ajuste dos encargos financeiros	(3.269)	(1.397)	11.470
Base de cálculo	64.420	52.250	39.959
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>21.903</u>	<u>17.765</u>	<u>13.586</u>

- (a) Referem-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros limitados ao prazo de 10 anos de realização, conforme instrução CVM n° 371, de 27 de junho de 2002.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do direito de concessão incorporado, registrado até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (d) Mudança de prática contábil relacionada à adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente.
- (e) Sobre o ajuste a valor presente do direito de outorga, conforme a nota explicativa n° 20.
- (f) Crédito do imposto de renda e de contribuição social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.
- (g) Imposto de renda e contribuição social diferidos calculados com base na alíquota de 34% sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas

contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelo IFRS.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Período a findar-se em</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2010	1.183	190
2011	10.245	1.250
2012	5.342	1.387
2013	5.355	1.396
2014	5.541	9.025
Acima de 2014	<u>35.210</u>	<u>8.655</u>
	<u>62.876</u>	<u>21.903</u>

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de renda e contribuição social	5.730	8.626	-	7.416	11.138	1.780
IRRF sobre aplicações financeiras	94	46	1.469	4.352	3.449	2.914
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	334	42	3.296	334	42	3.296
IRRF sobre mútuo	1.737	-	1.662	2.225	57	1.662
PIS e COFINS a recuperar	-	-	6	1	374	1.885
IRRF sobre serviços de terceiros	1	-	-	811	6	2.039
Outros impostos a recuperar	<u>8</u>	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>1.240</u>	<u>183</u>	<u>16</u>
Total	<u>7.904</u>	<u>8.720</u>	<u>6.439</u>	<u>16.739</u>	<u>15.249</u>	<u>13.592</u>
Circulante	7.904	8.720	6.439	14.662	13.550	11.875
Não circulante	-	-	-	1.717	1.699	1.717

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Informações trimestrais individuais - controladora

Os saldos dos investimentos em controladas em 30 de junho de 2010 estão assim representados:

	<u>30.06.2010</u>						
	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Participação Capital (%)</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Ativo Total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Receita Líquida</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	159.423	743.324	583.901	107.170	27.938
Centrovias	101.483.834	100%	95.313	621.783	526.470	122.485	26.930
Intervias	4.352.285	100%	171.765	717.340	545.575	130.790	43.331
Planalto Sul	25.001.000	100%	25.388	212.488	187.100	63.129	1.671
Fluminense	63.001.003	100%	65.299	294.226	228.927	65.211	6.361
Fernão Dias	138.001.00	100%	119.416	497.841	378.425	135.381	(5.588)
Régis Bittencourt	85.793.000	100%	119.876	570.865	450.989	154.333	18.717
Litoral Sul	51.001.000	100%	45.502	345.905	300.403	95.032	4.717
SPR	233.421.000	100%	162.812	206.360	43.548	-	(1.726)
Paulista(*)	500.000	100%	3.877	9.810	5.933	21.288	1.329
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	7.826	27.581	19.755	85.987	7.493
Latina Sinalização(*)	250.000	100%	4.801	8.750	3.949	11.238	1.827

(*) quotas

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2009 estão assim representados:

	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Participação Capital (%)</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Ativo Total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Receita Líquida</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	153.209	539.362	386.153	205.375	49.158
Centrovias	105.423.237	100%	86.357	470.891	384.534	201.243	49.626
Intervias	4.352.285	100%	148.535	640.613	492.078	239.826	78.181
Planalto Sul	25.001.003	100%	23.717	204.716	180.999	110.812	(1.042)
Fluminense	63.001.003	100%	58.938	283.316	224.378	146.240	(3.748)
Fernão Dias	68.001.003	100%	55.004	405.582	350.578	236.933	(12.619)
Régis Bittencourt	84.001.000	100%	99.367	522.607	423.240	278.576	17.513
Litoral Sul	51.001.000	100%	40.785	310.126	269.341	194.473	(9.472)
SPR	233.420.000	100%	222.362	227.749	5.387	-	23.016
Paulista(*)	500.000	100%	5.348	10.378	5.030	37.687	6.528
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	14.133	28.489	14.356	137.392	21.990
Latina Sinalização(*)	250.000	100%	5.674	10.124	4.450	23.757	7.674

(*) quotas

Os saldos dos investimentos em controladas em 01º de janeiro de 2009 estão assim representados:

<u>01.01.2009</u>					
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação capital (%)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativo Total</u>	<u>Passivo total</u>
Autovias	125.040.451	100%	119.860	527.501	407.641
Centrovias	105.423.237	100%	65.188	453.271	388.083
Intervias	4.352.285	100%	111.900	609.345	497.445
Planalto Sul	25.001.003	100%	24.759	114.097	89.338
Fluminense	31.001.003	100%	30.686	130.034	99.348
Fernão Dias	56.001.003	100%	55.623	234.094	178.471
Régis Bittencourt	44.001.000	100%	43.624	264.448	220.824
Litoral Sul	34.001.000	100%	33.257	162.668	129.411
SPR	242.420.000	100%	213.635	213.730	94
Paulista	500.000	100%	20.620	33.526	12.906
Latina Manutenção	250.000	100%	26.043	49.507	23.464

(*) quotas

A movimentação dos saldos de investimentos em 30 de junho de 2010 é como segue:

	<u>Saldo em 31.12.2009</u>	<u>Aporte (redução) de capital</u>	<u>Juros sobre o capital próprio / dividendos</u>	<u>Equiv. patrimonial Lucro (prejuízo) do semestre</u>	<u>Saldos em 30.06.2010</u>
Autovias	153.209	-	(21.724)	27.938	159.423

Centrovias	86.357	-	(17.974)	26.930	95.313
Intervias	148.535	-	(20.101)	43.331	171.765
Planalto Sul	23.717	-	-	1.671	25.388
Fluminense	58.938	-	-	6.361	65.299
Fernão Dias	55.004	70.000	-	(5.588)	119.416
Régis Bittencourt	99.367	1.792	-	18.717	119.876
Litoral Sul	40.785	-	-	4.717	45.502
SPR (a)	222.362	(55.000)	(2.824)	(1.726)	162.812
Paulista	5.348	-	(2.800)	1.329	3.877
Latina Manutenção	14.133	-	(13.800)	7.493	7.826
Latina Sinalização	5.674	-	(2.700)	1.827	4.801
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
Total	<u>914.482</u>	<u>16.792</u>	<u>(81.923)</u>	<u>133.000</u>	<u>982.351</u>

(*) Incluso ajustes trazidos pelo ICPC01 / IFRS

A movimentação dos saldos de investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	Saldo em 01.01.2009	Aporte (redução) de capital	Juros sobre o capital próprio / _dividendos	Equiv. patrimonial Lucro (prejuízo) do semestre	Saldos em 31.12.2009
Autovias	119.860	-	(15.809)	49.158	153.209
Centrovias	65.188	-	(28.457)	49.626	86.357
Intervias	111.900	-	(41.546)	78.181	148.535
Planalto Sul	24.759	-	-	(1.042)	23.717
Fluminense	30.686	32.000	-	(3.748)	58.938
Fernão Dias	55.623	12.000	-	(12.619)	55.004
Régis Bittencourt	43.624	40.000	(1.770)	17.513	99.367
Litoral Sul	33.257	17.000	-	(9.472)	40.785
SPR	213.635	(9.000)	(5.289)	23.016	222.362
Paulista	20.620	-	(21.800)	6.528	5.348
Latina Manutenção	26.043	-	(33.900)	21.990	14.133
Latina Sinalização	-	-	(2.000)	7.674	5.674
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
Total	<u>746.248</u>	<u>92.000</u>	<u>(150.571)</u>	<u>226.805</u>	<u>914.482</u>

13. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Controladora				Total
	Móveis Utensílios e Instalações	Edifícios	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras imobilizações	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>					
Saldo em 01.01.2009	761	2.776	928	998	5.463
Adições	212	6	510	854	1.582
Transferências	775	-	-	(775)	-
Alienações/baixas	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(93)</u>	<u>(108)</u>
Saldo em 31.12.2009	1.735	2.782	1.436	984	6.937

Adições	291	-	295	613	1.199
Alienações/baixas	<u>(29)</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>(42)</u>
Saldo em 30.06.2010	<u>1.997</u>	<u>2.782</u>	<u>1.718</u>	<u>1.597</u>	<u>8.094</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 01.01.2009	(340)	(506)	(628)	(218)	(1.692)
Depreciações/amortizações	(137)	(111)	(296)	(148)	(692)
Alienações/baixas	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>74</u>	<u>89</u>
Saldo em 31.12.2009	(463)	(617)	(923)	(292)	(2.295)
Depreciações/amortizações	(94)	(56)	(168)	(113)	(431)
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-1</u>	<u>1</u>
Saldo em 30.06.2010	<u>(557)</u>	<u>(673)</u>	<u>(1.091)</u>	<u>(404)</u>	<u>(2.725)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 01.01.2009	421	2.270	300	780	3.771
Saldo em 31.12.2009	1.272	2.165	513	692	4.642
Saldo em 30.06.2010	1.440	2.109	627	1.193	5.369

Consolidado

	Consolidado									Total
	Móveis Utensílios e Instalações	Equipame nto Mobiliário	Prédios e Benfeitori as	Computado res e Periféricos	Veícul os	Instalações , edifícios e dependênci as	Maquinas e equipament os	Outras imobilizaçõ es	Imobiliza do em Andamen to	
<u>Custo do imobilizado bruto</u>										
Saldo em 01.01.2009	2.724	7.859	1.155	3.602	3.970	4.003	3.442	1.546	1.276	29.577
Adições	2.932	2.142	732	1.311	2.068	19	2.933	864	37	13.038
Transferências	1.113	(80)	36	(452)	-	-	-	(1.306)	(1.311)	(2.000)
Alienações/baixas	<u>(18)</u>	<u>(681)</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>(159)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(93)</u>	<u>-</u>	<u>(973)</u>
Saldo em 31.12.2009	6.751	9.240	1.901	4.461	5.879	4.022	6.375	1.011	2	39.642
Adições	520	608	304	647	5.099	320	368	646	501	9.013
Transferências	155	(585)	-	1	(83)	318	-	-	(501)	(695)
Alienações/baixas	<u>(48)</u>	<u>(349)</u>	<u>(19)</u>	<u>(35)</u>	<u>(293)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(744)</u>
Saldo em 30.06.2010	<u>7.378</u>	<u>8.914</u>	<u>2.186</u>	<u>5.074</u>	<u>2</u>	<u>4.660</u>	<u>6.743</u>	<u>1.657</u>	<u>2</u>	<u>47.216</u>
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldo em 01.01.2009	(689)	(3.437)	(641)	(924)	(725)	(524)	(711)	(221)	-	(7.872)
Depreciações/amortiza ções	(407)	(1.069)	(332)	(762)	(1.214)	(240)	(583)	(154)	-	(4.761)
Transferências	-	(56)	-	40	-	-	(509)	-	-	(525)
Alienações/baixas	<u>14</u>	<u>447</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>121</u>	<u>-</u>	<u>530</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>1.187</u>
Saldo em 31.12.2009	(1.082)	(4.115)	(972)	(1.646)	(1.818)	(764)	(1.273)	(301)	-	(11.971)
Depreciações/amortiza ções	(424)	(513)	(188)	(470)	(976)	2	(321)	(119)	-	(3.009)
Transferências	-	(59)	-	-	-	-	-	-	-	(59)
Alienações/baixas	<u>6</u>	<u>301</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>181</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>489</u>
Saldo em 30.06.2010	<u>(1.500)</u>	<u>(4.386)</u>	<u>(1.160)</u>	<u>(2.116)</u>	<u>(2.613)</u>	<u>(762)</u>	<u>(1.594)</u>	<u>(419)</u>	<u>-</u>	<u>(14.550)</u>
Imobilizado líquido:										
Saldo em 01.01.2009	2.035	4.422	514	2.678	3.245	3.479	2.731	1.325	1.276	21.705
Saldo em 31.12.2009	5.669	5.125	929	2.815	4.061	3.258	5.102	710	2	27.671
Saldo em 30.06.2010	5.878	4.528	1.026	2.958	7.989	3.898	5.149	1.238	2	32.666
Taxas de depreciação - %	10	11,7	10	21,7	20	4	15	20	-	

14. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

<u>Controladora</u>	<u>Softwares</u>
Custo do intangível:	
Saldo em 01.01.2009	323
Adições	<u>181</u>
Saldo em 31.12.2009	504
Adições	<u>123</u>
Saldo em 30.06.2010	<u>627</u>
Amortização acumulada:	
Saldo em 01.01.2009	(92)
Amortização	<u>(87)</u>
Saldo em 31.12.2009	(179)
Amortização	<u>(54)</u>
Saldo em 30.06.2010	<u>(233)</u>
Intangível líquido:	
Saldo em 01.01.2009	231
Saldo em 31.12.2009	325
Saldo em 30.06.2010	394

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Ágio na aquisição Vianorte/SP R (d)	Softwar e	Intangível em andament o	Adiantam ento a fornecedo res	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 01.01.2009	2.417.318	351.939	69.695	74.560	7.086	420.099	14.722	3.355.419
Adições	228.166	-	123	-	3.364	389.436	2.987	624.076
Transferências	652.467	-	-	-	1.391	(638.229)	(6.102)	9.527
Alienações/baixas	<u>(3.304)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(736)</u>	<u>(3.770)</u>	<u>-</u>	<u>(7.810)</u>
Saldo em 31.12.2009	3.294.647	351.939	69.818	74.560	11.105	167.536	11.607	3.981.212
Adições	154.423	-	-	-	678	120.407	3.335	278.843
Transferências / Incorporação	38.773	-	-	-	-	(37.379)	(699)	695
Alienações/baixas	<u>(1.533)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(328)</u>	<u>-</u>	<u>(1.861)</u>
Saldo em 30.06.2010	<u>3.486.310</u>	<u>351.939</u>	<u>69.818</u>	<u>74.560</u>	<u>11.783</u>	<u>250.236</u>	<u>14.243</u>	<u>4.258.889</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 01.01.2009	(890.090)	(92.745)	(29.838)	-	(4.491)	-	-	(1.017.164)
Amortização	(100.756)	(26.630)	(3.151)	(8.133)	(1.298)	-	-	(139.968)
Transferências	56	-	-	-	(40)	-	-	16
Alienações/baixas	<u>1.125</u>	<u>-</u>	<u>849</u>	<u>-</u>	<u>709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.683</u>
Saldo em 31.12.2009	(989.665)	(119.375)	(32.140)	(8.133)	(5.120)	-	-	(1.154.433)
Amortização	(62.362)	(12.888)	(1.183)	(4.067)	(698)	-	-	(81.198)
Transferências	-	-	-	-	57	-	-	57
Alienações/baixas	<u>841</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>841</u>
Saldo em 30.06.2010	<u>(1.051.186)</u>	<u>(132.363)</u>	<u>(33.323)</u>	<u>(12.200)</u>	<u>(5.759)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.234.731)</u>
<u>Intangível líquido:</u>								
Saldo em 01.01.2009	1.527.228	259.194	39.857	74.560	2.595	420.099	14.722	2.338.255
Saldo em 31.12.2009	2.304.982	232.564	37.678	66.427	5.985	167.536	11.607	2.826.779
Saldo em 30.06.2010	2.435.124	219.676	36.495	62.360	6.022	250.234	14.243	3.024.156

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 19.
- (c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Autovias e Centrovias. Em períodos anteriores essa rubrica era denominada como ágio incorporado. Por entender que na essência esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para “Direito de outorga incorporado”. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetado.
- (d) Ágio na aquisição da Vianorte pela SPR. O ágio registrado na SPR refere-se à rentabilidade futura esperada no período da concessão e está sendo amortizado pelo tempo remanescente da concessão, de 86 meses.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.06.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos - (BNDES)(a)	Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP + 2,8% a.a a 7,5% a.a..	852.686	33.291	29.739
Financiamento de equipamentos - (FINAME)(b)	TJLP + 2,18% a 7,75% a.a.	8.439	10.321	4.130
Capital de giro (c)	CDI +0,083% a.m a 2,5% a.a	193.444	900.685	63.249
Leasing(d)	CDI +1,52% a.a a 1,87% a.a.	<u>1.439</u>	<u>2.586</u>	<u>4.528</u>
		<u>1.056.058</u>	<u>946.883</u>	<u>101.646</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos - (BNDES)(a)	TJLP + 3,3% a.a a 7,5% a.a..	22.126	827.546	65.719
Financiamento de equipamentos - (FINAME)(b)	TJLP + 2,18% a.a a 7,75% a.a.	12.846	19.203	15.549
Capital de giro (c)	CDI +0,083% a.a a 2,5% a.a	-	-	849.700
Leasing(d)	CDI + 1,52% a 1,87% a.a.	<u>3.486</u>	<u>301</u>	<u>4.102</u>
		<u>38.458</u>	<u>847.050</u>	<u>935.070</u>
		<u>1.094.516</u>	<u>1.793.913</u>	<u>1.036.716</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias, com vencimento final de março de 2011 até maio de 2015.

- (b) Financiamento de equipamentos tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias, com vencimento final de abril de 2010 até junho de 2018
- (c) Recursos obtidos para financiamento de capital de giro através de emissão de cédulas de crédito bancário e notas promissórias, entre outros, com vencimento final de abril de 2010 até fevereiro de 2015
- (d) Contratos modelo leasing financeiro, firmado junto a instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens, com vencimento final de junho de 2010 até fevereiro de 2015

Os contratos das concessionárias federais com o BNDES possuem cláusulas restritivas que podem implicar em vencimento antecipado. As principais restrições são

- Manter situação regular com suas obrigações perante os órgãos do meio ambiente;
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores;
- Não constituir garantia real, em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar prévia e formalmente ao BNDES;
- Inadimplemento de qualquer obrigação das Sociedades ou de sua controladora;
- Não alterar o controle efetivo das Sociedades após a contratação da operação sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Em caso de redução do quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista

- Não incluir as concessionárias em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições à capacidade de crescimento e ao acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e das concessionárias para venda, aquisição, incorporação, fusão ou cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES;
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor supere o percentual estabelecido por lei;
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade;
- Tomar providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação de empréstimo;

- Manter o índice consolidado trimestral da razão entre a dívida líquida e o “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*” ajustado menor ou igual a 5 e a razão entre o patrimônio líquido e ativo total maior ou igual a 20%;
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrada na CVM.

A Sociedade e suas controladas cumpriram as cláusulas restritivas contidas nos contratos de empréstimos e financiamentos nas datas das informações trimestrais.

A Sociedade e suas controladas estão em processo de estruturação de operação financeira de longo prazo com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem a curto prazo.

16. DEBÊNTURES

Série	Quantidade Emitida	Taxas Contratuais (%)	Custo efetivo (%) (a)	Vencimentos Até	Consolidado 30/06/2010	
					Circulante (Não auditado)	Não circulante (Não auditado)
<u>Autovias</u>						
1ª Série	285.000	CDI + 1,6% a.a.	0,2662% a.a.	Março/2015	34.928	251.473
2ª Série	<u>120.000</u>	IPCA + 8% a.a.	0,1811% a.a.	Março/2017	<u>2.787</u>	<u>121.912</u>
	405.000				37.715	373.385
Custo de transação					<u>(947)</u>	<u>(2.377)</u>
Total					36.768	371.008
<u>Centrovias</u>						
1ª Série	286.131	CDI + 1,7% a.a.	0,3181 a.a.	Março/2015	34.492	253.059
2ª Série	<u>120.000</u>	IPCA + 8% a.a.	0,1811% a.a.	Março/2017	<u>2.787</u>	<u>121.912</u>
	406.131				37.279	374.971
Custo de transação					<u>(997)</u>	<u>(2.496)</u>
Total					36.282	372.475
<u>Intervias</u>						
Série Única	307.947	CDI + 1,5% a.a.	0,2662% a.a.	Março/2015	37.727	271.720
Custo de transação					<u>(968)</u>	<u>(1.785)</u>

Total					36.759	269.935
<u>Vianorte</u>						
1ª Série	153.776	CDI + 1,7% a.a.	0,3181% a.a.	Março/2015	18.853	135.686
2ª Série	<u>100.000</u>	IPCA + 8% a.a.	0,1955% a.a.	Março/2017	<u>2.322</u>	<u>101.594</u>
	253.776				21.175	237.280
Custo de transação					<u>(665)</u>	<u>(1.793)</u>
Total					20.510	235.487
Total					<u>130.319</u>	<u>1.248.905</u>

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se às despesas de transação incorridas na emissão das debêntures e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI e IPCA a serem aplicadas. As despesas de transação incorridas foram de R\$ 6.142 para emissão da 1ª série, R\$ 3.790 para emissão da 2ª série e R\$2.999 para série única e são amortizados linearmente pelo prazo das debêntures.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da sua respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito abaixo:

	<u>Data</u> <u>emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data</u> <u>integralização</u>	<u>Valor</u> <u>subscrito</u>
1ª Série	15/03/10	724.907	26/04/10	732.936
2ª Série	15/03/10	340.000	27/04/10	345.382
Única	15/03/10	<u>307.947</u>	26/04/10	<u>311.300</u>
Total		<u>1.372.854</u>		<u>1.389.618</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e é amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março a partir de março de 2011 e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015. Cada parcela de amortização será acrescida da atualização monetária (IPCA) da 2ª série apurada anualmente desde a data da emissão até a respectiva data de amortização das debêntures da 2ª série. Em 30 de junho de 2010, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2010</u>
2011 (a partir de julho)	147.582

2012	232.666
2013	233.187
2014	233.707
2015	173.452
2016	114.087
2017	<u>114.224</u>
Totais	<u>1.248.905</u>

Conforme descrito no Prospecto de Distribuição Pública, os recursos captados através da operação foram ou serão destinados da seguinte forma:

- i) Resgate antecipado das notas promissórias captadas em 2009 e 2010, conforme nota explicativa nº 14;
- ii) Pagamento de financiamentos e encargos de curto prazo;
- iii) Investimentos previstos para o ano de 2010;
- iv) Distribuição de dividendos a acionista;
- v) Reforço de capital de giro das controladas.

As principais cláusulas de vencimento antecipado constantes no contrato de emissão de debêntures são:

- (a) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na Escritura de Emissão;
- (b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação (i) não pecuniária prevista na Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia; e (ii) pecuniária prevista nos Contratos de Garantia;
- (c) inadimplemento pelas Sociedades Emissoras de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato de Penhor de Ações;
- (d) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, decorrente de inadimplemento de obrigação de pagar qualquer valor referente a obrigações pecuniárias cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 5.000;
- (e) caso a Emissora e/ou a “SPR” deixe de ser controlada direta ou indiretamente pela Obrascon Huarte Lain S.A., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha;
- (f) decretação de falência da Emissora e/ou da “SPR” ; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela ”SPR”; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou da “SPR” formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

- (g) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Sociedade, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (ii) liquidação, dissolução ou extinção da Sociedade;
- (h) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 5.000;
- (i) redução de capital da Emissora sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas;
- (j) alteração do objeto social da Emissora sem o consentimento prévio dos Debenturistas, exceto se tal alteração for determinada pelo Poder Concedente;
- (k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000;
- (l) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (m) concessão de mútuos pela Emissora a qualquer outra sociedade, integrante ou não do mesmo grupo econômico a que pertence a Emissora, com exceção dos mútuos realizados à Sociedade e à SPR;
- (n) caso os ativos fixos da Emissora deixem de contar com cobertura de seguros nos termos da regulamentação da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo;
- (o) venda ou transferência de ativos relevantes da Emissora, de valor superior a R\$ 5.000, exceto com o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas;
- (p) não cumprimento de leis e regras locais aplicáveis à Emissora, especialmente trabalhistas e ambientais; e
- (q) não observância dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”), aplicáveis às emissoras:

Índices Financeiros:

Dívida Líquida/(EBITDA - Direito de Outorga Fixo Pago) inferior ou igual a 3,50

Onde: (i) considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, as debêntures, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora menos as disponibilidades; (ii) considera-se como “EBITDA”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; e (c) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (c) receitas não operacionais; e (d) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (iii) considera-se como “Direito de Outorga Fixo Pago”, a soma dos pagamentos dos últimos 12 meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, conforme indicado nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora;

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) superior ou igual a 1,20:

$$\text{ICSD} = (\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}) \\ \text{Dívida Curto Prazo}$$

Onde: (i) “Disponibilidade” significa os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante; (ii) “FCAO” significa o Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais conforme indicado nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora dos últimos 12 meses; e (iii) “Dívida de Curto Prazo” significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, classificadas no passivo circulante da Emissora, exceto os passivos relacionados a Credores pela Concessão.

Os valores mencionados nos itens (d), (h), (k) e (o) acima, serão reajustados anualmente pelo IGP-M no dia 15 de março de cada ano.

Em 30 de junho de 2010, as concessionárias estaduais não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das Emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas;
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido na medida em que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (*Sinking Fund*), conforme descrito abaixo.

Aplicações Financeiras Vinculadas (Sinking Fund): Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anual da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento já esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para esta finalidade. Em 30 de junho de 2010, o valor da aplicação era:

Consolidado

Circulante Não circulante

Aplicações financeiras vinculadas	36.297	153
-----------------------------------	--------	-----

No semestre findo em 30 de junho de 2010, essas aplicações foram remuneradas entre 100% a 100,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Em 15 de junho de 2010 foi realizado o pagamento dos juros referentes à 1ª série de debêntures, através de resgate da aplicação financeira vinculada no valor de R\$26.694.

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	Controladora			Consolidado		
	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009
Imposto de renda	-	-	-	16.280	20.183	23.910
Contribuição social	254	252	-	7.126	8.289	9.544
IRRF	696	719	785	2.570	2.622	3.218
PIS	113	99	-	971	985	596
COFINS	522	456	-	4.481	4.549	2.877
Tributos federais retidos	18	19	25	5.633	4.493	6.588
ISS	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>7.958</u>	<u>7.658</u>	<u>8.186</u>
	<u>1.605</u>	<u>1.547</u>	<u>812</u>	<u>45.019</u>	<u>48.779</u>	<u>54.919</u>

18. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado		
	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo Circulante:						
Contas a receber partes relacionadas:						
OHL Concesiones S.L.	87	87	87	87	87	87
Autovias (a)	96	107	52	-	-	-
Intervias (a)	65	76	34	-	-	-
Centrovias (a)	76	69	43	-	-	-
Vianorte (a)	96	77	29	-	-	-
Planalto Sul (b)	837	836	820	-	-	-
Fluminense (b)	974	939	1.114	-	-	-
Fernão Dias (b)	1.456	1.429	1.474	-	-	-
Régis Bittencourt (b)	1.792	1.754	1.785	-	-	-
Litoral Sul (b)	1.407	1.407	1.440	-	-	-
Latina Manutenção	66	37	1	-	-	-
Latina Sinalização	57	33	-	-	-	-
Paulista	62	35	-	-	-	-
Planalto Sul (c)	6.490	3.875	-	-	-	-
Fluminense (c)	9.731	6.989	-	-	-	-
Fernão Dias (c)	17.606	12.589	-	-	-	-
Régis Bittencourt (c)	19.097	13.667	-	-	-	-
Litoral Sul (c)	7.247	4.327	=	-	-	-
Ambient	2	-	-	2	-	-
STP	116	-	-	116	-	-
SPI	9	-	-	9	-	-
Autopark	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>67.393</u>	<u>48.333</u>	<u>6.879</u>	<u>238</u>	<u>87</u>	<u>87</u>
Dividendos a receber:						
Autovias	-	3.481	2.612	-	-	-
Centrovias	-	5.854	2.343	-	-	-
Intervias	-	6.560	3.602	-	-	-

	Controladora			Consolidado		
	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009
Régis Bittencourt	-	1.793	23	-	-	-
SPR	-	<u>5.290</u>	-	-	-	-
Total	-	<u>22.978</u>	<u>8.580</u>	-	-	-

	Controladora			Consolidado		
	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo não circulante						
Contas a receber partes relacionadas						
Planalto Sul (c)	60.000	60.000	61.071	-	-	-
Fluminense (c)	60.000	60.000	61.284	-	-	-
Fernão Dias (c)	110.000	110.000	112.149	-	-	-
Régis Bittencourt (c)	119.000	119.000	121.379	-	-	-
Litoral Sul (c)	<u>67.000</u>	<u>67.000</u>	<u>68.158</u>	-	-	-
Total	<u>416.000</u>	<u>416.000</u>	<u>424.041</u>	-	-	-
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas						
Autovias (d)	19.748	14.489	-	-	-	-
Centrovias (d)	7.850	5.772	-	-	-	-
Intervias (d)	<u>33.370</u>	<u>24.312</u>	-	-	-	-
Total	<u>60.968</u>	<u>44.573</u>	-	-	-	-
Transações com partes relacionadas:						
OHL Concesiones S.L.	68	69	68	68	127	68
Hur S.A.	263	254	341	263	254	341
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	399	448	569	399	448	569
Participes en Brasil S.L.	99	66	-	99	66	-
Paulista	-	-	13	-	-	-
Autovias	4	-	13	-	-	-
Centrovias	<u>7</u>	-	-	-	-	-
Total	<u>840</u>	<u>837</u>	<u>1.004</u>	<u>829</u>	<u>895</u>	<u>978</u>
Passivo não circulante						
Autovias (d)	114.000	114.000	117.579	-	-	-
Centrovias (d)	45.000	45.000	46.448	-	-	-
Intervias (d)	<u>197.000</u>	<u>197.000</u>	<u>201.801</u>	-	-	-
Total	<u>356.000</u>	<u>356.000</u>	<u>365.828</u>	-	-	-

Representadas pelas seguintes operações:

- Referem-se a despesas administrativas das concessionárias estaduais pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas por suas controladas.
- Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo.
- Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. Os juros têm seu vencimento a partir de dezembro de 2010. Os saldos do principal foram mantidos integralmente no ativo não circulante em virtude do estágio inicial das operações das controladas federais. O fluxo futuro de recebimento desses mútuos será determinado em consonância com o perfil do endividamento consolidado da Sociedade e de suas controladas.
- Contratos de mútuo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos a partir de junho de 2010.

	Controladora	
	30.06.2010	30.06.2009
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Autovias	(6.188)	(2.933)

Centrovias	(2.444)	(1.159)
Intervias	(10.656)	(5.050)
Planalto Sul	3.076	1.458
Fluminense	3.226	1.529
Fernão Dias	5.985	2.798
Régis Bittencourt	6.302	3.028
Litoral Sul	3.434	1.627
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	50	17
Hur S.A.	<u>(9)</u>	<u>(6)</u>
Total	<u>2.776</u>	<u>1.309</u>

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2010, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 2.444 (R\$ 958 em 30 de junho de 2009) na controladora e R\$ 5.641 (R\$ 5.172 em 30 de junho de 2009) no consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria e aos respectivos encargos sociais. Os diretores não recebem renda variável, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e ou a suas controladas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário estas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos acima, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

19. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem – São Paulo - DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante	Consolidado					
	Valor presente			Valor nominal (*)		
	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009

Autovias	Direito de outorga	5.810	5.561	5.510	5.965	5.709	5.658
	Parcela variável (a)	592	574	516	-	-	-
Centrovias	Direito de outorga	8.693	8.321	8.244	8.925	8.542	8.466
	Parcela variável (a)	575	570	506	-	-	-
Intervias	Direito de outorga	5.410	5.178	5.195	5.554	5.316	5.269
	Parcela variável (b)	786	718	657	-	-	-
Vianorte	Direito de outorga	35.268	33.757	33.445	36.209	34.656	34.347
	Parcela variável (a)	<u>528</u>	<u>515</u>	<u>460</u>	-	-	-
Total		<u>57.662</u>	<u>55.194</u>	<u>54.533</u>	<u>56.653</u>	<u>54.223</u>	<u>53.740</u>

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

(b) Valor variável correspondente a 3% da receita mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

		Consolidado					
		Valor presente		Valor nominal (*)			
Não circulante		30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.06.2010	31.12.2009	01.01.2009
Autovias	Direito de outorga	34.580	34.604	38.906	43.114	43.642	50.197
Centrovias	Direito de outorga	50.223	50.378	56.858	62.258	63.171	72.944
Intervias	Direito de outorga	37.338	36.965	40.821	48.084	48.145	54.376
Vianorte	Direito de outorga	<u>197.522</u>	<u>198.629</u>	<u>225.075</u>	<u>243.447</u>	<u>247.645</u>	<u>287.114</u>
Total		<u>319.663</u>	<u>320.576</u>	<u>361.660</u>	<u>396.903</u>	<u>402.603</u>	<u>464.631</u>

(*) Valores inseridos somente como informação adicional.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de junho de 2010 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante (Não auditado)	Não circulante (Não auditado)	Total (Não auditado)
Autovias	12	86	98
Centrovias	12	83	95
Intervias	12	103	115
Vianorte	12	80	92

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2010 ao Poder Concedente estão assim representados:

Valores pagos	Semestre						
	Fixa	30.06.2010		Total	Fixa	30.06.2009	
		Variável				Variável	Total
Autovias	2.863	3.413	6.276	2.762	2.952	5.714	
Centrovias	4.284	3.339	7.623	4.134	2.862	6.996	
Intervias	2.666	4.222	6.888	2.573	3.697	6.270	
Vianorte	<u>17.378</u>	<u>3.035</u>	<u>20.413</u>	<u>16.768</u>	<u>2.606</u>	<u>19.373</u>	
Total	<u>27.191</u>	<u>14.009</u>	<u>41.200</u>	<u>26.237</u>	<u>12.117</u>	<u>38.353</u>	

Valores pagos	Trimestre					
	31.03.2010 a 30.06.2010			31.03.2009 a 30.06.2009		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Autovias	1.432	1.796	3.228	1.381	1.524	2.905
Centrovias	2.142	1.702	3.844	2.067	1.456	3.523
Intervias	1.333	2.212	3.545	1.287	1.909	3.196
Vianorte	<u>8.689</u>	<u>1.602</u>	<u>10.291</u>	<u>8.384</u>	<u>1.349</u>	<u>9.733</u>
Total	<u>13.596</u>	<u>7.312</u>	<u>20.908</u>	<u>13.119</u>	<u>6.238</u>	<u>18.357</u>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

20. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o semestre findo em 30 de junho de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01º de janeiro de 2009 é conforme segue:

	<u>31.12.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>30.06.2010</u>
Cíveis	3.933	1.086	(52)	(211)	-	4.756
Trabalhistas	2.699	288	(273)	(64)	-	2.650
Fiscais	<u>736</u>	<u>119</u>	<u>(744)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>106</u>
Total	<u>7.368</u>	<u>1.493</u>	<u>(1.069)</u>	<u>(280)</u>	<u>-</u>	<u>7.512</u>

	<u>01.01.2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2009</u>
Cíveis	2.396	2.532	(430)	(565)	-	3.933
Trabalhistas	1.099	2.323	(661)	(54)	(8)	2.699
Fiscais	<u>-</u>	<u>997</u>	<u>(261)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>736</u>
Total	<u>3.495</u>	<u>5.852</u>	<u>(1.352)</u>	<u>(619)</u>	<u>(8)</u>	<u>7.368</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$ 13.101, R\$ 9.474 e R\$2.193, respectivamente, em 30 de junho de 2010.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude do respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gasto a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que

na provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº 3, nº 4 e nº 5.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o semestre findo em 30 de junho de 2010, exercício de 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 01.01.2009	52.401	6.405	78.121	65.550
Adições	19.706	1.537	56.593	3.182
Utilizações	(65.591)	(9.123)	-	(1.223)
Transferências	<u>55.958</u>	<u>6.259</u>	<u>(55.958)</u>	<u>(6.257)</u>
Saldos em 31.12.2009	62.474	5.078	78.756	61.252
Adições	11.112	508	36.200	1.149
Utilizações	(39.729)	(3.122)		(1.128)
Transferências	<u>13.773</u>	<u>3.299</u>	<u>(13.773)</u>	<u>(3.299)</u>
Saldos em 30.06.2010	<u>47.630</u>	<u>5.763</u>	<u>101.183</u>	<u>57.974</u>

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de junho de 2010 e 01º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 549.083 e está representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30.06.2010</u>	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	8.088.000	11,70
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	5.653.000	8,20
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Outros	<u>10.370.117</u>	<u>15,10</u>

Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>
-------	-------------------	---------------

31.12.2009

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.705.800	11,20
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	6.522.700	9,50
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Outros	<u>9.882.617</u>	<u>14,30</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

01.01.2009

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	41.333.326	60,00
Credit Suisse Hedging Griffo	7.105.800	10,30
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	3.648.400	5,30
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Outros	<u>13.356.917</u>	<u>19,40</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora)

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

22. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>30.06.2010</u>		<u>30.06.2009</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Receita de serviços prestados	390.203	756.343	312.037	548.481
Outras receitas	25.119	41.821	5.773	20.703

Receita de serviços de construção	<u>158.495</u>	<u>279.822</u>	<u>170.700</u>	<u>377.374</u>
	<u>573.817</u>	<u>1.077.986</u>	<u>488.510</u>	<u>946.558</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do período é como segue:

	<u>30.06.2010</u>		<u>30.06.2009</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Semestre</u>
Receita bruta	573.817	1.077.986	488.510	946.558
ISSQN	(22.503)	(42.487)	(17.220)	(30.469)
PIS	(2.662)	(5.204)	(2.450)	(4.547)
COFINS	(12.159)	(23.892)	(9.629)	(16.921)
Outras deduções	<u>(947)</u>	<u>(1.314)</u>	<u>(33)</u>	<u>(33)</u>
Receita líquida	<u>535.546</u>	<u>1.005.089</u>	<u>459.178</u>	<u>894.588</u>

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Despesas</u>	Controladora			
	30.06.2010		30.06.2009	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Com pessoal	882	2390	1.999	3.820
Serviços de terceiros	468	1082	519	1.086
Depreciação / amortização	270	486	174	362
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	0	0	0	0
Seguros / garantias	0	0	0	0
Consumos	168	343	261	404
Transportes	13	105	122	212
Outros	<u>1.077</u>	<u>2.093</u>	<u>224</u>	<u>964</u>
Total	<u>2.878</u>	<u>6.499</u>	<u>3.299</u>	<u>6.848</u>

<u>Custos</u>	Consolidado			
	30.06.2010		30.06.2009	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custo de construção	158.495	279.822	170.700	377.374
Com pessoal	21.721	42.520	20.160	37.445
Serviços de terceiros	36.474	70.921	35.127	63.661
Depreciação / amortização	38.715	73.574	28.770	54.946
Custos com poder concedente	8.310	15.033	7.267	13.032
Seguros / garantias	1.278	2.741	64	755
Conservação	32.679	52.431	26.269	49.745
Provisão para manutenção em rodovias	19.474	44.691	8.157	23.684
Taxa fiscalização	7.712	15.373	7.893	14.712
Outros	<u>16.601</u>	<u>34.854</u>	<u>(3.058)</u>	<u>9.644</u>
Total	<u>341.459</u>	<u>631.960</u>	<u>301.349</u>	<u>644.9985</u>

<u>Despesas</u>	Consolidado			
	30.06.2010	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2009
	Com pessoal	14.278	26.135	12.420
Serviços de terceiros	5.236	11.867	5.572	11.022
Depreciação / amortização	3.612	6.566	2.723	5.266
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(522)	108	1.869	2.566
Seguros / garantias	1.544	3.128	1.638	3.341
Consumos	2.195	4.313	2.788	4.833
Transportes	1.061	1.707	619	1.122
Outros	<u>4.141</u>	<u>8.619</u>	<u>5.658</u>	<u>8.520</u>
Total	<u>31.545</u>	<u>62.443</u>	<u>33.287</u>	<u>59.016</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

Controladora			
30.06.2010		30.06.2009	
Trimestre	Período	Trimestre	Período

Receitas financeiras:				
Juros ativos	11.801	22.447	11.585	25.143
Aplicações financeiras	131	461	112	207
Outras receitas	<u>11</u>	<u>13</u>	<u>14</u>	<u>37</u>
Total receitas	<u>11.943</u>	<u>22.921</u>	<u>11.711</u>	<u>25.387</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(10.149)	(19.288)	(9.922)	(22.208)
Outras despesas	<u>(128)</u>	<u>(128)</u>	<u>(4)</u>	<u>(12)</u>
Total despesas	<u>(10.277)</u>	<u>(19.416)</u>	<u>(9.926)</u>	<u>(22.220)</u>
Consolidado				
<u>30.06.2010</u> <u>30.06.2009</u>				
	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>
Receitas financeiras:				
Juros ativos	2.494	5.131	7.466	19.496
Aplicações financeiras	18.669	26.056	3.263	5.167
Outras receitas	<u>455</u>	<u>514</u>	<u>402</u>	<u>463</u>
Total receitas	<u>21.618</u>	<u>31.701</u>	<u>11.131</u>	<u>25.126</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(54.682)	(92.769)	(31.745)	(66.838)
Atualização monetária do ônus da concessão	(15.020)	(28.645)	(3.628)	(5.028)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(2.848)	(5.417)	(2.795)	(5.244)
Outras despesas	<u>(5.447)</u>	<u>(9.859)</u>	<u>(5.647)</u>	<u>(11.169)</u>
Total despesas	<u>(77.997)</u>	<u>(136.690)</u>	<u>(43.815)</u>	<u>(88.279)</u>

25. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídas na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa n 6.

b) Informações suplementares

	Controladora		Consolidado		
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	30.06.09	
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa:					
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais		-	-	51.796	18.163
Juros capitalizados			4.187	6.116	
Caixa pago durante o período:					
Imposto de renda e contribuição social	1.739	61	58.736	47.170	

26. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	128.004	72.262	197.067	117.443
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(43.521)	(24.569)	(67.003)	(39.931)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	45.220	26.252	-	-

Ágio amortizado e direito de outorga incorporado advindo de empresa cindida e incorporada	-	250	(1)	(1.133)
Juros sobre o capital próprio recebidos	(4.640)	(3.918)	-	-
Amortização do ágio não dedutível (Vianorte)	-	-	(1.383)	(42)
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	904	(504)	3.188	(6.017)
Outros ajustes	(30)	1.325	1.655	5.338
Despesa contabilizada	<u>(2.067)</u>	<u>(1.164)</u>	<u>(63.544)</u>	<u>(41.785)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(2.067)	(1.164)	(60.751)	(44.291)
Diferidos	-	-	(2.792)	2.506

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco, que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas, estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2010, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e as debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	18,00%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA	4,90%	6,16%	7,40%
Juros a incorrer (*)	191.510	224.044	256.152

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Riscos de crédito

Esse risco advém da possibilidade de as controladas da Sociedade não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de Junho de 2010, 31 de dezembro de 2009 e de 1º de janeiro de 2009, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 64.161, R\$ 57.570 e de R\$ 35.100, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e se aproximam de seu valor justo, devido aos:

Empréstimos e financiamentos e debêntures, são substancialmente contratados a taxas de juros pós fixadas. Adicionalmente, mesmo tendo taxas de juros pós-fixadas e as debêntures foram emitidas ao longo de 2010;

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias; e

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são vinculadas estão substancialmente são indexadas ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

e) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros	<u>31.12.2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	2014	<u>2015 em</u>	<u>Total</u>
	(média ponderada) efetiva % a.a.						diante	

Debêntures	11,28	59.908	379.554	352.444	323.983	296.611	481.835	1.894.335
BNDES Automático	8,56	247.288	889.436	6.038	2.352	-	-	1.140.114
Finame	7,80	6.414	10.583	7.043	3.323	190	119	27.672
Capital de Giro	11,04	203.667	4.473	3.716	2.348	2.196	962	217.362
Leasing	11,69	<u>1.002</u>	<u>637</u>	<u>983</u>	<u>983</u>	<u>983</u>	<u>83</u>	<u>4.671</u>
		<u>518.279</u>	<u>1.279.484</u>	<u>370.224</u>	<u>332.989</u>	<u>299.980</u>	<u>482.999</u>	<u>3.284.154</u>

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, o qual requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em Construção e Concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e 4.1.

a) Demonstração do resultado e ativos por segmento

	30.06.2010				Saldo Consolidado
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	
Receita Líquida do Segmento	974.301	-	974.301	81.969	1.056.270
Receita líquida entre Segmentos	-	118.513	118.513	(118.513)	-
Custos	<u>(630.038)</u>	<u>(96.673)</u>	<u>(726.711)</u>	<u>43.570</u>	<u>(683.141)</u>
Lucro bruto	344.263	21.840	366.103	7.026	373.129
Despesas Gerais e Administrativas	(52.638)	(6.799)	(59.437)	(14.450)	(73.887)
Outras (despesas) receitas operacionais	473	99	572	2.207	2.779
Receitas Financeiras	45.919	325	46.244	(14.543)	31.701
Despesas Financeiras	(155.212)	(464)	(155.676)	18.986	(136.690)
Variação Cambial Líquida	-	-	-	35	35
Lucro operacional antes dos impostos	<u>182.805</u>	<u>15.001</u>	<u>197.806</u>	<u>(739)</u>	<u>197.067</u>

Imposto de Renda e contribuição social:					
Correntes	(50.928)	(4.352)	(55.280)	(5.464)	(60.744)
Diferidos	<u>(6.031)</u>	<u>-</u>	<u>(6.031)</u>	<u>3.231</u>	<u>(2.800)</u>
Lucro do período	<u>125.846</u>	<u>10.649</u>	<u>136.495</u>	<u>(2.972)</u>	<u>133.523</u>

30.06.2009

	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e Holding</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
Receita Líquida do Segmento	882.735	-	882.735	75.870	958.065
Receita Líquida entre Segmentos	-	92.245	92.245	(92.245)	-
Custos	<u>(671.258)</u>	<u>(59.859)</u>	<u>(731.117)</u>	<u>22.102</u>	<u>(709.015)</u>
Lucro bruto	211.477	32.386	243.863	5.727	249.590
Despesas Gerais e Administrativas	(49.031)	(7.164)	(56.465)	(13.806)	(70.271)
Outras (despesas) receitas operacionais	82	(395)	(313)	1.449	1.136
Receitas Financeiras	27.623	363	27.986	(2.860)	25.126
Despesas Financeiras	(109.736)	(282)	(110.018)	21.739	(88.279)
Varição Cambial Líquida	-	-	-	141	141
Lucro operacional antes dos impostos	<u>80.145</u>	<u>24.908</u>	<u>105.053</u>	<u>12.390</u>	<u>117.443</u>
Imposto de Renda e contribuição social:					
Correntes	(35.719)	(7.133)	(42.852)	(1.455)	(44.307)
Diferidos	<u>6.959</u>	<u>-</u>	<u>6.959</u>	<u>(4.437)</u>	<u>2.522</u>
Lucro do período	<u>51.385</u>	<u>17.775</u>	<u>69.160</u>	<u>6.498</u>	<u>75.658</u>

b) Balanços por segmento

30.06.2010					
Ativos	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
CIRCULANTES					
Caixas e Equivalentes de Caixa	930.919	6.791	937.710	49.154	986.864
Contas a receber	73.760	-	73.760	(2.722)	71.038
Aplicações financeiras vinculadas	36.297	-	36.297	-	36.297
Contas a receber partes relacionadas	61.340	24.126	85.466	(85.228)	238
Outros circulantes	<u>18.890</u>	<u>2.745</u>	<u>21.635</u>	<u>12.228</u>	<u>33.863</u>
Total circulantes	1.121.206	33.662	1.154.868	(26.568)	1.128.300
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	357.246	-	357.246	(357.246)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.046	-	37.046	25.830	62.876
Outros não circulantes	31.489	27	31.516	(17.837)	13.679
Imobilizado	14.946	12.348	27.294	5.372	32.666
Intangível	2.961.298	104	2.961.402	62.754	3.024.156
Diferido	<u>123.896</u>	<u>-</u>	<u>123.896</u>	<u>(123.896)</u>	<u>-</u>
Total não circulantes	3.525.921	12.479	3.538.400	(405.023)	3.133.377
Total ativos	<u>4.647.127</u>	<u>46.141</u>	<u>4.693.268</u>	<u>(431.591)</u>	<u>4.261.677</u>
30.06.2010					
Passivos	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	1.073.342	1.813	1.075.155	(19.097)	1.056.058
Debêntures	130.319	-	130.319	-	130.319
Fornecedores	58.060	6.900	64.960	1.105	66.065
Obrigações Sociais e Fiscais	59.131	15.563	74.694	7.240	81.934
Credores pela concessão	57.662	-	57.662	-	57.662
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-
Outros circulantes	<u>164.986</u>	<u>1.104</u>	<u>166.090</u>	<u>(79.984)</u>	<u>86.106</u>
Total circulantes	1.543.500	25.380	1.568.880	(90.736)	1.478.144
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	450.210	4.248	454.458	(416.000)	38.458
Debêntures	1.248.905	-	1.248.905	-	1.248.905
Credores pela concessão	319.663	-	319.663	-	319.663
Provisão Manutenção /Investimento	<u>159.096</u>	<u>-</u>	<u>159.096</u>	<u>61</u>	<u>159.157</u>
Outros não circulantes	<u>26.156</u>	<u>9</u>	<u>26.165</u>	<u>6.863</u>	<u>33.0280</u>
Total não circulantes	2.204.030	4.257	2.208.287	(409.076)	1.799.211
Patrimônio Líquido	899.597	16.504	916.101	68.221	984.322
Total do passivos	<u>4.647.127</u>	<u>46.141</u>	<u>4.693.268</u>	<u>(431.591)</u>	<u>4.261.677</u>
31.12.2009					
Ativos	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
CIRCULANTES					
Caixas e Equivalentes de Caixa	407.993	21.958	429.951	12.241	442.192
Contas a receber	108.717	17.937	126.654	(62.513)	64.141
Outros circulantes	<u>14.518</u>	<u>1.882</u>	<u>16.400</u>	<u>9.511</u>	<u>25.911</u>
Total circulantes	531.228	41.777	573.005	(40.761)	532.244
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	356.000	-	356.000	(356.000)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.530	-	61.530	-	61.530
Outros não circulantes	12.749	17	12.766	6.624	19.390
Imobilizado	15.901	7.128	23.029	4.642	27.671
Intangível	<u>2.759.958</u>	<u>69</u>	<u>2.760.027</u>	<u>66.752</u>	<u>2.826.779</u>
Total não circulantes	3.206.138	7.214	3.213.352	(277.982)	2.935.370

Total ativos	<u>3.737.366</u>	<u>48.991</u>	<u>3.786.357</u>	<u>(318.743)</u>	<u>3.467.614</u>
--------------	------------------	---------------	------------------	------------------	------------------

31.12.2009

<u>Passivos</u>	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e Holding</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	987.174	1.156	988.330	(41.447)	946.883
Fornecedores	72.917	5.169	78.086	(23.010)	55.076
Obrigações Sociais e Fiscais	61.535	15.319	76.854	5.283	82.137
Credores pela concessão	55.194	-	55.194	-	55.194
Dividendos Propostos	35.269	-	35.269	6.597	41.866
Outros circulantes	<u>106.184</u>	<u>837</u>	<u>107.021</u>	<u>(7.205)</u>	<u>99.816</u>
Total circulantes	1.318.273	22.481	1.340.754	(59.782)	1.280.972
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	1.280.252	1.346	1.281.598	(434.548)	847.050
Credores pela concessão	320.576	-	320.576	-	320.576
Outros não circulantes	<u>160.555</u>	<u>9</u>	<u>160.564</u>	<u>7.270</u>	<u>167.834</u>
Total não circulantes	1.761.383	1.355	1.762.738	(427.278)	1.335.460
Patrimônio Líquido	657.710	25.155	682.865	168.317	851.182
Total dos passivos	<u>3.737.366</u>	<u>48.991</u>	<u>3.786.357</u>	<u>(318.743)</u>	<u>3.467.614</u>

01.01.2009

<u>Ativos</u>	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e Holding</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
CIRCULANTES					
Caixas e equivalentes de caixa	103.348	4.784	108.132	8.152	116.284
Contas a receber	15.459	69.626	85.085	(46.636)	38.449
Outros circulantes	<u>38.049</u>	<u>3.252</u>	<u>41.301</u>	<u>(15.974)</u>	<u>25.327</u>
Total circulantes	156.856	77.662	234.518	(54.458)	180.060
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	365.841	16	365.857	(365.857)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.796	-	59.796	-	59.796
Outros não circulantes	6.703	-	6.703	6.021	12.724
Imobilizado	12.650	5.284	17.934	3.771	21.705
Intangível	<u>2.263.464</u>	<u>-</u>	<u>2.263.464</u>	<u>74.791</u>	<u>2.338.255</u>
Total não circulantes	2.708.454	5.300	2.713.754	(281.274)	2.432.480
Total ativos	<u>2.865.310</u>	<u>82.962</u>	<u>2.948.272</u>	<u>(335.732)</u>	<u>2.612.540</u>

01.01.2009

<u>Passivos</u>	<u>Concessão</u>	<u>Construção</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações e Holding</u>	<u>Saldo Consolidado</u>
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	100.699	947	101.646	-	101.646
Fornecedores	188.484	5.108	193.592	(68.930)	124.662
Obrigações sociais e fiscais	44.528	27.517	72.045	3.795	75.840
Credores pela concessão	54.533	-	54.533	-	54.533
Dividendos propostos	25.041	-	25.041	-	25.041
Outros circulantes	<u>106.643</u>	<u>350</u>	<u>106.993</u>	<u>208</u>	<u>107.201</u>
Total circulantes	519.928	33.922	553.850	(64.927)	488.923
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	1.356.737	2.377	1.359.114	(424.044)	935.070
Credores pela concessão	361.660	-	361.660	-	361.660
Outros não circulantes	<u>184.542</u>	<u>-</u>	<u>184.542</u>	<u>(23.351)</u>	<u>161.191</u>
Total não circulantes	1.902.939	2.377	1.905.316	(447.395)	1.457.921

Patrimônio Líquido	442.443	46.663	489.106	176.590	665.696
Total do passivos	<u>2.865.310</u>	<u>82.962</u>	<u>2.948.272</u>	<u>(335.732)</u>	<u>2.612.540</u>

29. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, as concessionárias mantêm coberturas de seguros para garantir a cobertura de riscos inerentes às suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 30 de junho de 2010, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - estaduais			
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000
	Responsabilidade civil	20.100	22.309	20.100	22.400
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	77.795	101.360	120.496	115.560

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000	165.000	165.000	165.000	165.000
	Responsabilidade civil	25.100	25.100	25.100	25.100	25.100
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	40.271	58.608	104.224	111.205	84.100

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$ 58.425.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes compreendidos no período após 30 de setembro de 2010 até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, datada em 24 de março de 2011, já foram divulgados.

Planalto Sul

No dia 14 de abril a Sociedade obteve a liberação de parte de do Sub-crédito A no valor de R\$ 24.267 mil do empréstimo de longo prazo celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Régis Bittencourt

Em 28 de abril de 2011, através da Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Sociedade aprovaram aumento de capital social no valor de R\$37.134, passando o capital social para R\$122.927, mediante a capitalização de dividendos mínimos propostos de R\$9.050, apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e capitalização de R\$ 28.084, relativo a contratos de mútuos mantidos com a sociedade controladora, Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Referido aumento do capital foi aprovado mediante a emissão de 23.954.905 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,55. As ações emitidas serão integralmente subscritas e integralizadas pela Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67
---------	----------------------------------	--------------------

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil) é uma holding que mantém investimentos em concessões de rodovias no país e em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações de concessão. Ver comentário de desempenho consolidado.

01977-1

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

140,1 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+28,9%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 535,5 MILHÕES (+16,6%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 224,0 MILHÕES (+41,9%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 70,2 MILHÕES (+22,5%)

As informações foram elaboradas em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	2T10	1T10	2T09	Var% 2T10/1T10	Var% 2T10/2T09
RECETA OPERACIONAL BRUTA	573.817	504.169	488.510	13,8%	17,5%
Receitas de pedágio	390.205	366.141	312.037	6,6%	25,1%
Estaduais	236.092	214.485	202.716	10,1%	16,5%
Autovias	59.445	53.837	51.093	10,4%	16,3%
Centrovias	56.335	54.024	48.455	4,3%	16,3%
Intervias	66.940	59.279	57.601	12,9%	16,2%
Vianorte	53.372	47.345	45.567	12,7%	17,1%
Federais	154.113	151.656	109.321	1,6%	41,0%
Planalto Sul	19.502	18.078	16.090	7,9%	21,2%
Fluminense	25.908	26.825	14.464	-3,4%	79,1%
Fernão Dias	29.786	28.049	25.344	6,2%	17,5%
Régis Bittencourt	49.319	48.037	37.964	2,7%	29,9%
Litoral Sul	29.598	30.667	15.459	-3,5%	91,5%
Outras receitas	25.117	16.701	5.773	50,4%	335,1%
Receitas de obras	158.495	121.327	170.700	30,6%	-7,1%
DEDUÇÕES DA RECETA	(38.271)	(34.626)	(29.332)	10,5%	30,5%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	535.546	469.543	459.178	14,1%	16,6%
CUSTOS E DESPESAS	(332.893)	(285.968)	(306.656)	16,4%	8,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(124.775)	(109.098)	(93.722)	14,4%	33,1%
Custo dos serv. de construção	(158.495)	(121.327)	(170.700)	30,6%	-7,1%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(27.933)	(27.944)	(30.564)	0,0%	-8,6%
Remuneração da administração	(2.763)	(2.878)	(2.425)	-4,0%	13,9%
Despesas tributárias	(711)	(1.025)	(1.078)	-30,6%	-34,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(19.474)	(25.217)	(8.157)	-22,8%	138,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.258	1.521	(10)	-17,3%	-12680,0%
EBITDA	202.653	183.575	152.522	10,4%	32,9%
Margem EBITDA	37,8%	39,1%	33,2%		
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(44.360)	(39.847)	(33.205)	11,3%	33,6%
Depreciações e amortizações	(42.327)	(37.813)	(31.494)	11,9%	34,4%
Amortização do ágio em investimentos	(2.033)	(2.034)	(1.711)	0,0%	18,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(56.025)	(48.930)	(32.572)	14,5%	72,0%
Receitas financeiras	21.618	10.083	11.131	114,4%	94,2%
Despesas financeiras	(77.998)	(58.693)	(43.815)	32,9%	78,0%
Variação cambial, líq.	355	(320)	112	-210,9%	217,0%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	102.268	94.798	86.746	7,9%	17,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(32.026)	(31.517)	(29.400)	1,6%	8,9%
Corrente	(31.861)	(28.890)	(23.739)	10,3%	34,2%
Diferido	(165)	(2.627)	(5.661)	-93,7%	-97,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	70.242	63.281	57.346	11,0%	22,5%

01977-1

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

TRAFEGO PEDAGIADO E TARIFA

O volume de tráfego pedagiado no 2T10 cresceu 28,9% em relação ao 2T09, basicamente em função do processo de abertura de praças nas concessionárias federais iniciado no 2º trimestre de 2009. Considerando apenas o tráfego pedagiado das concessionárias estaduais, houve aumento de 12,4% comparado ao 2T09. Este aumento do tráfego pedagiado é reflexo direto da recuperação da atividade econômica brasileira.

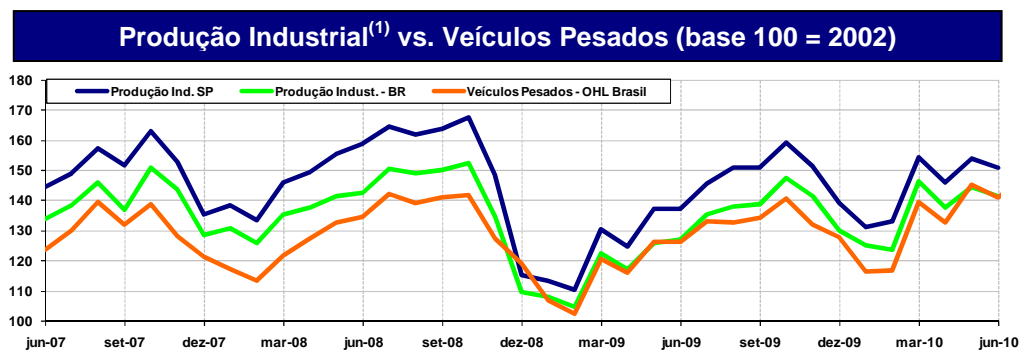
Veículos Equivalentes	2T10	1T10	2T09	Var% 2T10/1T10	Var% 2T10/2T09	1S10	1S09	Var% 1S10/1S09
Autovias	10.428.113	9.369.499	9.297.888	11,3%	12,2%	19.797.612	17.735.529	11,6%
Centrovias	6.183.200	5.903.316	5.481.995	4,7%	12,8%	12.086.516	10.589.603	14,1%
Intervias	14.236.070	12.615.450	12.690.788	12,8%	12,2%	26.851.520	24.080.680	11,5%
Vianorte	7.919.924	7.034.084	7.030.549	12,6%	12,7%	14.954.008	13.386.537	11,7%
Total Estaduais:	38.767.307	34.922.349	34.501.220	11,0%	12,4%	73.689.656	65.792.349	12,0%
Planalto Sul	6.724.827	6.233.449	5.959.259	7,9%	12,8%	12.958.276	9.774.074	32,6%
Fluminense	9.964.616	10.462.909	5.774.000	-4,8%	72,6%	20.427.525	8.566.000	138,5%
Fernão Dias	27.078.182	25.499.092	23.039.090	6,2%	17,5%	52.577.274	34.336.363	53,1%
Régis Bittencourt	32.879.334	32.024.667	25.308.667	2,7%	29,9%	64.904.001	37.387.334	73,6%
Litoral Sul	24.665.000	26.133.559	14.053.636	-5,6%	75,5%	50.798.559	18.009.091	182,1%
Total Federais:	101.311.959	100.353.676	74.134.652	1,0%	36,7%	201.665.635	108.072.862	86,6%
Total:	140.079.266	135.276.025	108.635.872	3,6%	28,9%	275.355.291	173.865.211	58,4%

CONCESSÕES ESTADUAIS

Evolução do Tráfego: No 2T10 o tráfego pedagiado das concessionárias estaduais totalizou 38.767 mil veículos-equivalentes, representando crescimento de 12,4% em relação ao 2T09.

O aumento no volume total do período deve-se principalmente ao acréscimo de 15,3% no tráfego de veículos pesados e 7,8% no tráfego de veículos leves em virtude da recuperação da atividade econômica brasileira no período. A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) no 2T10 foi de 62,9% de veículos pesados e 37,1% veículos leves.

A seguir apresentamos evolução histórica da produção industrial, tanto do Brasil quanto de São Paulo, e a evolução do tráfego de veículos equivalentes pesados no mesmo período.



(1) Fonte: IBGE; dados atualizados até Jun/10.

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Se comparado ao 1T10, o volume de tráfego pedagiado no 2T10 apresentou um crescimento de 11,0%. Este crescimento é influenciado por componentes cíclicos. Sazonalmente, o volume de veículos equivalentes do segundo trimestre é mais forte em relação ao 1º trimestre.

Com relação à concessionária Centrovias, que apresentou um crescimento de 4,7% ante o 1T10, cabe mencionar que o volume do tráfego pedagiado da concessionária no 1T10 foi impactado pela interdição da Rodovia SP-304 (Rodovia Luís de Queiroz). A interdição da rodovia aconteceu no dia 01/02/10 no trecho que liga São Pedro à Santa Maria da Serra, sendo liberada no dia 20/02/2010, neste período um dos desvios indicados aos usuários foi a SP-225 (Centrovias).

Reajuste de Tarifas: De acordo com o previsto nos contratos de concessão das concessionárias paulistas, em 1º de julho de 2009 as tarifas de pedágio foram reajustadas em 3,64% conforme a variação acumulada do IGP-M entre junho/2008 e maio/2009.

Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias estaduais:

Tarifa Média (em R\$ / veic. Equiv.)	2T10	1T10	2T09	Var% 2T10/1T10	Var% 2T10/2T09	1S10	1S09	Var% 1S10/1S09
Autovias	5,70	5,75	5,50	-0,9%	3,6%	5,72	5,50	4,0%
Centrovias	9,11	9,15	8,84	-0,4%	3,1%	9,13	8,85	3,2%
Intervias	4,70	4,70	4,54	0,0%	3,5%	4,70	4,53	3,8%
Vianorte	6,74	6,73	6,48	0,1%	4,0%	6,73	6,46	4,2%
Total Estaduais:	6,09	6,14	5,88	-0,8%	3,6%	6,11	5,88	3,9%

Eventos subsequentes ao trimestre: em 1º de julho de 2010 as tarifas de pedágio das concessionárias estaduais foram reajustadas em 4,18% de acordo com a variação acumulada do IGP-M entre junho/2009 e maio/2010.

Em 30 de julho de 2010, duas praças de pedágio da Centrovias, localizadas nos municípios de Brotas e Dois Córregos, passaram a realizar a cobrança de pedágio nos dois sentidos. As tarifas foram reduzidas pela metade, saindo de R\$10,20 para R\$5,10 na praça de Brotas e de R\$11,85 para R\$5,90 na praça de Dois Córregos. Outras duas praças de pedágio da Centrovias deverão passar a cobrar nos dois sentidos até o final de agosto de 2010.

CONCESSÕES FEDERAIS

O tráfego pedagiado acumulado nas concessionárias federais no 2º trimestre de 2010 foi de 101.312 mil veículos equivalentes, apresentando um crescimento de 36,7% em relação ao 2T09. Cabe destacar dois pontos em relação a este crescimento:

- (i) Operação de 28 praças de pedágio durante todo o 2º trimestre de 2010 em comparação ao 2T09, quando 22 praças estavam em funcionamento durante todo o período e 5 novas praças iniciaram operação.

01977-1

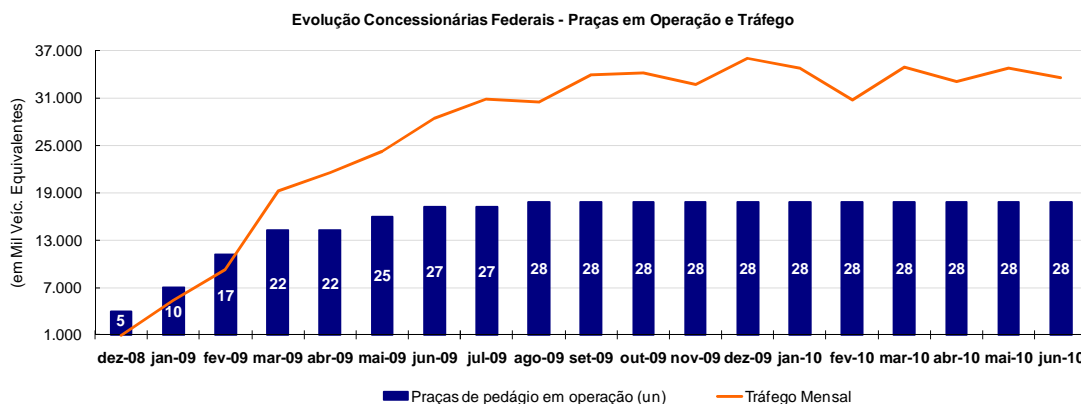
OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- (ii) Aquecimento da atividade econômica no país; as concessionárias Planalto Sul e Fernão Dias operaram os dois trimestres (2T010 e 2T09) com o mesmo número de praças de pedágio em funcionamento.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) nas concessionárias federais no 2T10 foi de 76,8% de veículos pesados e 23,2% veículos leves.



Reajuste de Tarifas: Em fevereiro de 2009, foram reajustadas as tarifas básicas de pedágio das concessionárias Fluminense e Litoral Sul, considerando o critério de arredondamento na primeira casa decimal e a variação do IPCA entre fevereiro de 2009 e janeiro de 2010 (+4,59%).

Vale lembrar que de acordo com o previsto nos contratos de concessão federais, em dezembro de 2009, a tarifa básica de pedágio da concessionária Planalto Sul foi reajustada para R\$ 2,90 em 19 de dezembro de 2009, considerando o critério de arredondamento na primeira casa decimal e a variação do IPCA entre dezembro de 2008 e novembro de 2009 (+4,22%).

As tarifas reajustadas entraram em vigor a partir da data de abertura da primeira praça de pedágio em cada concessionária.

A seguir tabela com tarifas médias:

Tarifa Média (em R\$ / veic. Equiv.)	2T10	1T10	2T09	Var% 2T10/1T10	Var% 2T10/2T09	1S10	1S09	Var% 1S10/1S09
Planalto Sul	2,90	2,90	2,70	0,0%	7,4%	2,90	2,70	7,4%
Fluminense	2,60	2,56	2,50	1,6%	4,0%	2,58	2,50	3,2%
Fernão Dias	1,10	1,10	1,10	0,0%	0,0%	1,10	1,10	0,0%
Régis Bittencourt	1,50	1,50	1,50	0,0%	0,0%	1,50	1,50	0,0%
Litoral Sul	1,20	1,17	1,10	2,6%	9,1%	1,19	1,10	8,2%
Total Federais:	1,52	1,51	1,47	0,7%	3,4%	1,52	1,49	2,0%

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As tarifas de pedágio das concessionárias Fernão Dias e Régis Bittencourt não sofreram alterações devido aos critérios de arredondamento da tarifa básica dos contratos de concessões.

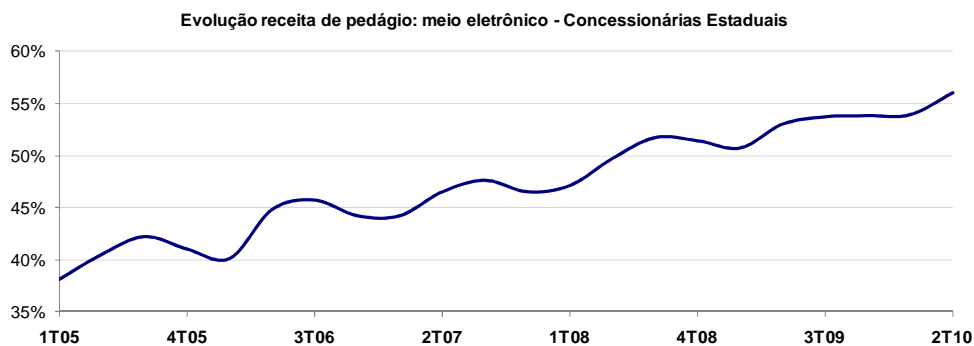
Abertura das Praças de Pedágio: De acordo com os contratos de concessões federais, ainda resta a abertura da Praça 1 na Autopista Fernão Dias, com perspectiva de início de cobrança no início de setembro de 2010.

RECEITA LÍQUIDA

No 2T10 a OHL Brasil obteve uma receita líquida de R\$535,5 milhões, apresentando crescimento de 16,6% ante o 2T09. Este crescimento deve-se sobretudo ao início de cobrança nas praças de pedágio das concessionárias federais no 2T09. Considerando apenas as receitas líquidas das concessionárias estaduais, o crescimento foi de 15,2% ante o 2T09 em razão, principalmente, do crescimento de tráfego no período (+12,4%) e do reajuste contratual das tarifas de pedágio (+3,64%) em 01/07/2009.

Receitas de pedágios: meios eletrônicos – Concessões Estaduais

A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessões estaduais no 2T10 representou 56,0%, contra 53,9% no 1T10 e 53,0% no 2T09. Abaixo, gráfico com a evolução da receita por meios eletrônicos desde 2005:



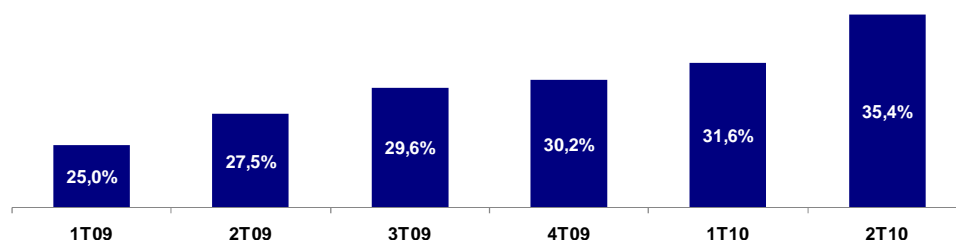
Receitas de pedágios: meios eletrônicos – Concessões Federais

Nas concessionárias federais o percentual médio de receita com cobrança eletrônica no 2T10 foi de 35,4% contra 31,6% no 1T10 e 27,5% no 2T09.

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Evolução Receita de pedágio: meio eletrônico - Concessionárias Federais



No gráfico acima, observa-se a evolução da cobrança por meios eletrônicos nas concessionárias federais desde o início das operações.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

O EBITDA do trimestre foi de R\$202,7 milhões (margem de 37,8%), apresentando crescimento de 32,9% em relação ao 2T09. Tal crescimento foi impactado pelo início de operação e cobrança das praças de pedágio das Concessionárias federais. O EBITDA Ajustado (antes do IFRS) atingiu R\$224,0 milhões (+41,9%) e margem de 41,8%.

EBITDA					
(Em milhares de reais)					
	2T10	1T10	2T09	Var% 2T10/1T10	Var% 2T10/2T09
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	535.546	469.543	459.178	14,1%	16,6%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(332.893)	(285.968)	(306.656)	16,4%	8,6%
EBITDA ¹	202.653	183.575	152.522	10,4%	32,9%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>37,8%</i>	<i>39,1%</i>	<i>33,2%</i>		
(+) Provisão para manutenção de rodovias	19.474	25.217	8.157	-22,8%	138,7%
(+) Ajustes de consolidação	1.863	(5.856)	(2.797)	-131,8%	-166,6%
EBITDA Ajustado ² (antes do IFRS)	223.990	202.936	157.882	10,4%	41,9%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>41,8%</i>	<i>43,2%</i>	<i>34,4%</i>		

- 1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.
- 2) Considera ajuste referente à reversão dos Lucros não realizados e provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de tais práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo do EBITDA para reversão do montante relativo à "Provisão para manutenção em rodovias" e para o estorno dos ajustes dos

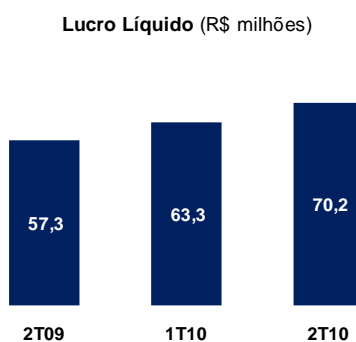
01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista, conforme apresentado na tabela acima.

LUCRO LÍQUIDO

A Companhia obteve um lucro de R\$70,2 milhões, representando um aumento de R\$12,9 milhões comparado ao 2T09 (+22,5%).



ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 2T10 com uma Dívida Líquida de R\$1.450,4 milhões, representando um crescimento de 7,1% em relação ao endividamento líquido no término do 1T10, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Endividamento Líquido (R\$ Mil)	2T10	1T10	2T09	Var% 2T10/1T10	Var% 2T10/2T09
Dívida Bruta	2.473.740	1.821.513	1.935.841	35,8%	27,8%
Curto Prazo	1.186.377	1.784.227	1.197.204	-33,5%	-0,9%
Longo Prazo	1.287.363	37.286	738.637	3352,7%	74,3%
Caixa e bancos	34.566	29.982	489.488	15,3%	-92,9%
Aplicações Financeiras	952.298	431.615	150.176	120,6%	534,1%
Aplicações Financeiras Restritas	36.297	-	-	n.d.	n.d.
Aplicações Financeiras (LP)	153	5.456	5.067	-97,2%	-97,0%
Total Disp. e Aplicações	1.023.314	467.053	644.731	119,1%	58,7%
Dívida Líquida	1.450.426	1.354.460	1.291.110	7,1%	12,3%

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

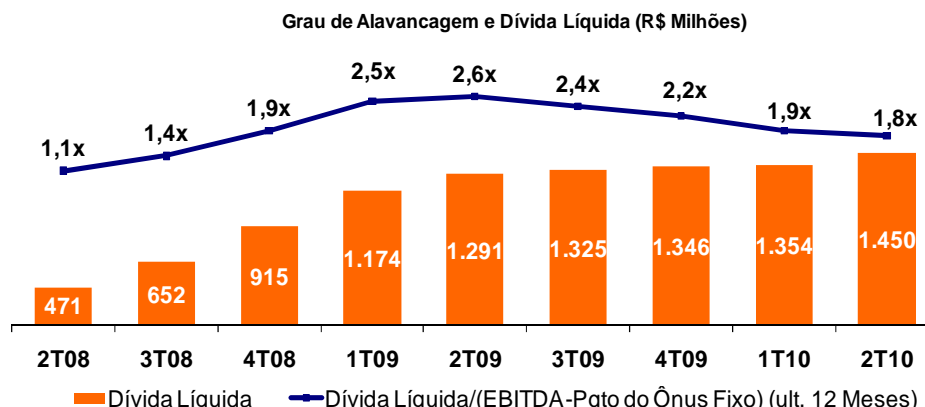
Este aumento de 7,1% ou R\$96,0 milhões no endividamento líquido frente ao 1T10 deve-se principalmente aos seguintes movimentos:

- (i) Aumento de R\$1.372,9 milhões em virtude da primeira emissão de debêntures realizadas nas Concessionárias Estaduais;
- (ii) Redução de R\$753,3 milhões devido à quitação de Notas Promissórias nas Concessionárias Estaduais que venciam em abril de 2010.
- (iii) Aumento de R\$38,8 milhões em razão de desembolsos do Empréstimo Ponte junto ao BNDES nas Concessionárias Federais;
- (iv) Redução de R\$556,3 milhões referentes ao aumento das disponibilidades e aplicações; e
- (v) Redução de R\$6,1 milhões em função de juros pagos e outras amortizações e movimentações;

Empréstimo Ponte BNDES (Concessões Federais): No 2T10 foram desembolsados R\$38,8 milhões pelas concessionárias federais. Até 30 de junho de 2010 já haviam sido desembolsados R\$837,2 milhões do total de R\$1,0 bilhão referente ao “Empréstimo Ponte BNDES” assinado pelas concessionárias federais.

Empréstimo de Longo Prazo BNDES (Concessões Federais): A Companhia estrutura junto ao BNDES o financiamento de longo prazo das concessionárias federais. A expectativa é de que as assinaturas dos contratos desta linha de crédito ocorram até o final de 2010.

A seguir apresentamos gráfico com o acompanhamento trimestral do Grau de Alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/(EBITDA – Pgt. do Ônus Fixo) (últimos 12 meses), que reflete o aumento do endividamento líquido, derivado do desenvolvimento dos programas de investimentos nas concessionárias federais. Encerramos o trimestre com o Grau de Alavancagem em 1,8x.



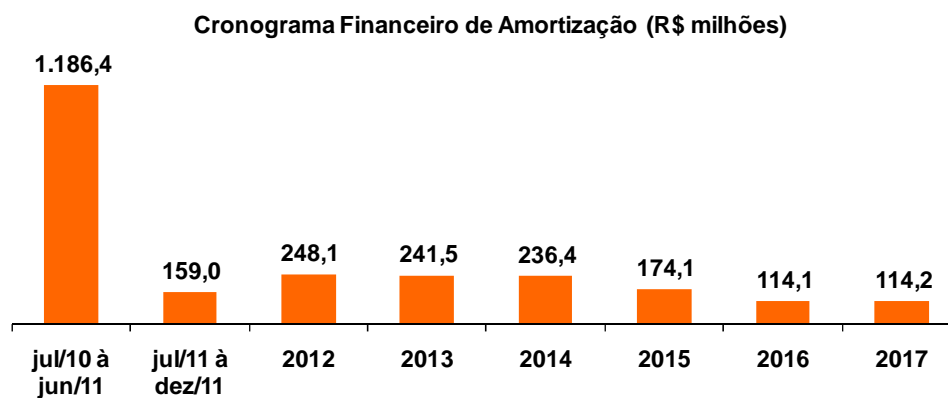
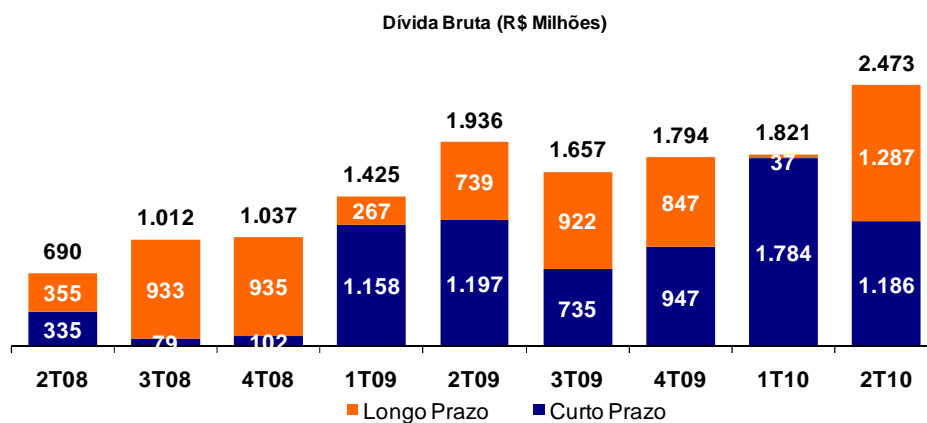
01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Segue tabela com a composição dos indexadores de nosso endividamento bruto:

Endividamento (R\$ Mil)	2T10	1T10	2T09	Var% 2T10/1T10	Var% 2T10/2T09
Indexadores da Dívida					
TJLP	894.181	853.761	594.597	4,7%	50,4%
CDI	1.236.307	966.297	1.336.038	27,9%	-7,5%
IPCA	353.313	-	-	n.d.	n.d.
Outros	2.574	1.455	5.206	76,9%	-50,6%
<i>Custos Trans. e Encargos Antecip.</i>	<i>(12.635)</i>	-	-		
Total	2.473.740	1.821.513	1.935.841	35,8%	27,8%

Abaixo demonstramos graficamente o endividamento bruto e o cronograma financeiro de amortização da companhia:



01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Do montante de R\$1.186,4 milhões amortizável no curto prazo (entre julho/2010 e junho/2011), R\$842 milhões referem-se ao “Empréstimo Ponte BNDES”, com vencimento em janeiro de 2011, que deverá ser refinanciado através do Empréstimo de Longo Prazo também junto ao BNDES.

Debêntures (Concessões Estaduais): As concessionárias estaduais Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte finalizaram a operação de emissão de debêntures no valor de R\$1.372,8 milhões. A liquidação ocorreu entre os dias 26 e 27 de abril de 2010.

Os recursos da emissão foram destinados basicamente a: (i) refinanciamento das Notas Promissórias emitidas em novembro de 2009 no valor agregado de R\$ 700 milhões vincendas em abril de 2010 nas concessionárias Autovias, Centrovias e Intervias; (ii) quitação das Notas Promissórias emitidas em fevereiro de 2010 utilizadas para o pagamento antecipado do endividamento junto ao BNDES no valor aproximado de R\$50 milhões na Vianorte e; (iii) recursos adicionais de R\$622,8 milhões destinados a futuros investimentos e pagamento de dividendos nestas concessionárias.

A seguir, quadro com resumo dos principais dados da emissão:

Emissores	Autovias	Centrovias	Vianorte	Intervias
Volume Tranche CDI	R\$285 Milhões CDI + 1,6% Prazo: 5 anos Duration: 2,3 anos	R\$286,1 Milhões CDI + 1,7% Prazo: 5 anos Duration: 2,3 anos	R\$153,8 Milhões CDI + 1,7% Prazo: 5 anos Duration: 2,3 anos	R\$307,9 Milhões CDI + 1,5% Prazo: 5 anos Duration: 2,3 anos
	Volume Total CDI: R\$ 1.032,8 Milhões			
Volume Tranche IPCA	R\$120 Milhões IPCA + 8% Prazo: 7 anos Duration: 5 anos	R\$120 Milhões IPCA + 8% Prazo: 7 anos Duration: 5 anos	R\$100 Milhões IPCA + 8% Prazo: 7 anos Duration: 5 anos	
	Volume Total IPCA: R\$ 340 Milhões			
Volume Total	Volume Total – Títulos Locais: R\$ 1.372,8 Milhões			
Data da Emissão	15 de Março de 2010			
Rating (Moody's)	Aa2.Br	Aa3.Br	Aa3.Br	Aa1.Br
Covenants Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> Dívida Líquida/ (EBITDA – Pagamento do Ônus Fixo) ≤ 3,50 DSCR = (Disponibilidades + FCAO) / Dívida de Curto Prazo ≥ 1,2 			
Cordenadores	Itaú BBA, BTG Pactual e Santander (Co-Manager)			
Bookbuilding	9 de Abril de 2010			
Data de Encerramento	30 de Abril de 2010			

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ÔNUS FIXO PAGO AO PODER CONCEDENTE

Em consonância com os contratos de concessões estaduais, no 2T10 as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente R\$ 13,6 milhões a título de ônus fixo. Veja tabela abaixo:

Ônus Fixo Pago (Fluxo de Caixa)	2T10	1T10	2T09	Var%		1S10	1S09	Var%
				2T10/1T10	2T10/2T09			
Total	(13.596)	(13.595)	(13.119)	0,0%	3,6%	(27.191)	(26.237)	3,6%
Autovias	(1.432)	(1.431)	(1.381)	0,1%	3,7%	(2.863)	(2.762)	3,7%
Centrovias	(2.142)	(2.142)	(2.067)	0,0%	3,6%	(4.284)	(4.134)	3,6%
Intervias	(1.333)	(1.333)	(1.287)	0,0%	3,6%	(2.666)	(2.573)	3,6%
Vianorte	(8.689)	(8.689)	(8.384)	0,0%	3,6%	(17.378)	(16.768)	3,6%

Em 30 de junho de 2010, o valor nominal e o numero de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Saldo Nominal (R\$ mil)			Parcelas mensais a pagar		
	Curto Prazo	Longo	Total	Curto	Longo	Total
Autovias	5.965	43.114	49.079	12	86	98
Centrovias	8.925	62.258	71.183	12	83	95
Intervias	5.554	48.084	53.638	12	103	115
Vianorte	36.209	243.447	279.656	12	80	92
Total	56.653	396.903	453.556			

INVESTIMENTOS

Os investimentos em ativo intangível e imobilizado somaram R\$157,1 milhões, dentre os principais investimentos estão:

- Desdobramento das praças de pedágio nos municípios de Itirapina, Rio Claro, Brotas e Dois Córregos, na Centrovias para alteração bidirecional do sistema de cobrança (cobrança nos dois sentidos da rodovia);
- Obras para a implantação da Praça 1 de pedágio na Autopista Fernão Dias, no município de Mairiporã; e
- Diversas obras de recuperação de pavimento, defensas e sinalização nas rodovias sobe concessão.

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Abaixo apresentamos a composição dos investimentos realizados:

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2T10		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	6.994	398	6.596
Centrovias	23.361	14.924	8.437
Intervias	19.544	4.632	14.912
Vianorte	14.528	5.035	9.493
Estaduais	64.427	24.989	39.438
Planalto Sul	15.253	15.253	-
Fluminense	9.294	9.294	-
Fernão Dias	46.721	46.721	-
Régis Bittencourt	33.232	33.232	-
Litoral Sul	22.691	22.691	-
Federais	127.191	127.191	-
Total	191.618	152.180	39.438
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	4.921	4.921	-
Total	196.539	157.101	39.438

Adicionalmente foram pagos a título de manutenção especial o valor de R\$39,4 milhões no período.

Informações Adicionais: com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, os investimentos futuros em manutenção das rodovias passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia como “Provisão para Manutenção em Rodovias” dentro do “Custo dos Serviços Prestados”. Da mesma forma, os pagamentos (fluxo de caixa) relacionados à manutenção em rodovias passaram a ser contabilizados no “Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais” e não mais no “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos”.

DIVIDENDOS

Em 31 de maio de 2010 foram pagos R\$41,9 milhões de dividendos correspondentes ao dividendo mínimo obrigatório (25%) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

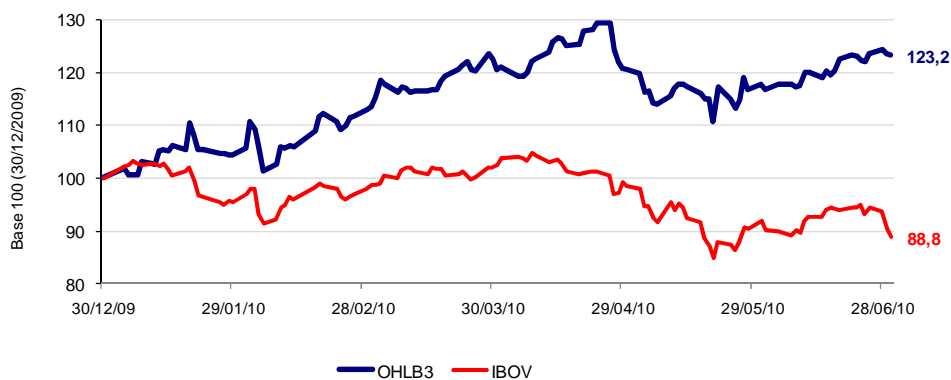
QUADRO DE PESSOAL

A seguir apresentamos a composição e evolução do quadro de pessoal da OHL Brasil e de suas controladas:

Quadro de Pessoal	30/06/10	30/06/09	Var.
OHL (Holding)	92	89	3
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.227	1.221	6
Autovias	184	189	(5)
Centrovias	271	251	20
Intervias	540	539	1
Vianorte	232	242	(10)
<i>Concessionárias Federais</i>	1.649	1.617	32
Litoral Sul	296	282	14
Planalto Sul	151	151	-
Fluminense	229	229	-
Fernão Dias	452	444	8
Régis Bittencourt	521	511	10
Paulista	180	177	3
Latina Manutenção	1.396	1.287	109
Latina Sinalização	160	159	1
Total	4.704	4.550	154

MERCADO DE CAPITAIS

Durante o primeiro semestre de 2010 as ações da OHL Brasil apresentaram valorização de +23,2%, contra uma desvalorização de -11,2% do IBOVESPA.



Média Diária	2T10	1T10	2T09	2T10/1T10	2T10/2T09
Nº de Negócios	143	214	178	-33,3%	-19,8%
Nº de Ações Negociadas	81.875	155.338	240.716	-47,3%	-66,0%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	3,35	5,78	5,70	-42,0%	-41,2%

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

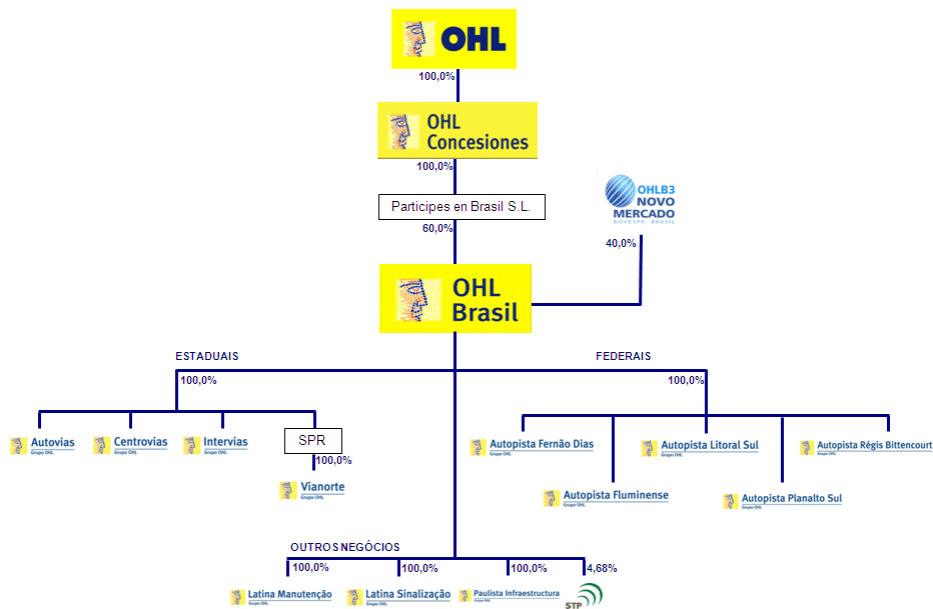
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A seguir quadro com a composição acionária da companhia em 30/06/2010:

Composição Acionária	30/06/10	Part %
Partícipes en Brasil S.L. (OHL)	41.333.326	60,0%
Credit Suisse Hedging Griffo	8.088.000	11,7%
Skopos Adm. De Recursos Ltda.	5.653.000	8,2%
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,0%
Conselho de Administração	7	0,0%
Outros	10.370.110	15,1%
Total	68.888.888	100,0%

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

CARTEIRA DE ATIVOS DE CONCESSÃO

Abaixo apresentamos as principais informações referentes a nossa carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Concessões Estaduais					
Autovias	316,6	5	ago/2018	ago/2018	IGP-M
Centrovias	218,2	5	jun/2018	jun/2019	IGP-M
Intervias	375,7	9	fev/2020	jan/2028	IGP-M
Vianorte	236,6	4	mar/2018	mar/2018	IGP-M
Concessões Federais					
Litoral Sul	382,3	5	n.a.	fev/2033	IPCA
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	fev/2033	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	fev/2033	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	fev/2033	IPCA
Regis Bittencourt	401,6	6	n.a.	fev/2033	IPCA

QUEM SOMOS

A OHL Brasil S.A. é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve desde novembro de 2000 atividades na área de promoção de infra-estrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias), incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral da OHL S.A. empresa espanhola do setor de construção e concessão e uma das líderes desses setores. Fundada há 98 anos e estabelecida atualmente em 21 países, a OHL S.A está listada na Bolsa de Madri desde 1991.

01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67
---------	----------------------------------	--------------------

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Para maiores informações acesse:

www.ohlbrasil.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento da OHL Brasil. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)			
01	AUTOVIAS S.A.	02.679.185/0001-38	ABERTA CONTROLADA	100,00	14,38
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		114.182		114.182
02	CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.	02.555.926/0001-79	ABERTA CONTROLADA	100,00	8,60
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		54.264		54.264
03	CONCESSIONÁRIA ROD DO INTERIOR PTA S/A	03.207.703/0001-83	ABERTA CONTROLADA	100,00	15,49
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		4.321		4.321
04	VIANORTE S.A.	02.366.097/0001-86	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	100,00	62,58
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.071		1.071
05	AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A	09.325.109/0001-73	ABERTA CONTROLADA	100,00	2,29
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		25.001		25.001
06	AUTOPISTA FLUMINENSE S/A	09.324.949/0001-11	ABERTA CONTROLADA	100,00	5,89
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		63.001		63.001
07	AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A	09.326.342/0001-70	ABERTA CONTROLADA	100,00	10,78
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		138.001		88.001
08	AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT S/A	09.336.431/0001-06	ABERTA CONTROLADA	100,00	10,82
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		85.793		84.001
09	AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.	09.313.969/0001-97	ABERTA CONTROLADA	100,00	4,11
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		51.001		51.001

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)		
10	PAULISTA INFRA-ESTRUTURA LTDA	07.222.218/0001-30	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,35
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		500		500
11	LATINA MANUTENÇÃO DE ROD LTDA	07.207.197/0001-83	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,35
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		250		250
12	LATINA SINALIZAÇÃO DE ROD LTDA	10.514.390/0001-71	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,43
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		250		250

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA						
Companhia: Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.					Posição em 30/06/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
PARTICIPES EN BRASIL UNIPERSONAL S L*	41.333.326	60,00			41.333.326	60,00
CREDIT SUISSE HEDGING GRIFFO	8.088.000	11,74			8.088.000	11,74
GREEN HG FUND LLC	1.628.600	2,36			1.628.600	2,36
CSHG VERDE MASTER FIM	4.747.000	6,89			4.747.000	6,89
CSHG HUGO FICFIM	2.900	0,00			2.900	0,00
CSHG VERDE EQUITY MASTER FIA	1.561.800	2,27			1.561.800	2,27
CLUBE DE INV HG IPANEMA	14.000	0,02			14.000	0,02
CSHG ROKA FIA	8.000	0,01			8.000	0,01
CSHG SEIUZ FIA	6.000	0,01			6.000	0,01
CSHG RL PREV FIA	23.000	0,03			23.000	0,03
CSHG PHIREN FIA	31.000	0,05			31.000	0,05
HG JOREROS FIA	7.000	0,01			7.000	0,01
CSHG CABRA FIA	21.000	0,03			21.000	0,03
CSHG 628 FICFIM	5.000	0,01			5.000	0,01
CSHG ZAPPIAC FIA	7.000	0,01			7.000	0,01
HG INTREPID ACOES FIM	25.700	0,04			25.700	0,04
SKOPOS ADM. DE RECURSOS LTDA.	5.653.000	8,21			5.653.000	8,21
SKOPOS HG GREY CITY FUND LLC	347.300	0,50			347.300	0,50
SKOPOS MASTER FIA	3.697.700	5,37			3.697.700	5,37
SKOPOS HG FUND LLC	1.226.000	1,78			1.226.000	1,78
SKOPOS HG BRK FUND LLC	348.900	0,51			348.900	0,51
SKOPOS CARDEAL FIA	33.100	0,05			33.100	0,05
KENDALL DEVELOPS S L*	3.444.445	5,00			3.444.445	5,00
OUTROS	10.370.117	15,05			10.370.117	15,05
Total	68.888.888	100,00			68.888.888	100,00

*Sede: Espanha

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: PARTICIPES EN BRASIL UNIPERSONAL S L					Posição em 30/06/2010 (Em Unidades/Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
OHL CONCESIONES S. L. UNIPERSONAL	1.000.100	100,00			1.000.100	100,00
Total	1.000.100	100,00			1.000.100	100,00

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: OHL CONCESIONES S. L. UNIPERSONAL						Posição em 30/06/2010 (Em Unidades/Ações)
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
OBRASCON HUARTE LAIN S.A.	1.000.000.000	100,00			1.000.000.000	100,00
Total	1.000.000.000	100,00			1.000.000.000	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: OBRASCON HUARTE LAIN S.A.						Posição em 30/06/2010 (Em Unidades/Ações)
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
GRUPO VILLAR MIR SL	46.422.561	46,54			46.422.561	46,54
ESPACIO ACTIVOS FINANCIEROS, S.L.	8.625.032	8,65			8.625.032	8,65
FERTIBERIA, S.A.	1.024.478	1,03			1.024.478	1,03
FERROATLÁNTICA, S.L.	940.217	0,94			940.217	0,94
OUTROS - MERCADO	42.728.654	42,84			42.728.654	42,84
Total	99.740.942	100,00			99.740.942	100,00

*A *Espacio Activos Financieros S.L.* pertence ao Grupo Villar Mir.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: GRUPO VILLAR MIR SL						Posição em 30/06/2010 (Em Unidades/Ações)
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
INMOBILIARIA ESPACIO S.A.	2.512.299	100,00			2.512.299	100,00
Total	2.512.299	100,00			2.512.299	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: INMOBILIARIA ESPACIO S.A.						Posição em 30/06/2010 (Em Unidades/Ações)
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
JUAN VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			721.138	28,70
SILVIA VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			721.138	28,70
ÁLVARO VILLAR-MIR DE FUENTES	721.138	28,70			855.582	28,70
D. JUAN-MIGUEL VILLAR MIR	140.870	5,61			140.870	5,61
AÇÕES EM TESOURARIA	208.015	8,28			208.015	8,28
Total	2.512.299	100,00			2.512.299	100,00

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em (30/06/2010)						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	41.333.326	60,00			41.333.326	60,00
Administradores						
Conselho de Administração	9	0,00			9	0,00
Diretoria	0	0,00			0	0,00
Outros (Free Float)						
Outros Acionistas	27.555.553	40,00			27.555.553	40,00
Conselho Fiscal*	0	0,00			0	0,00
Total	68.888.888	100,00			68.888.888	100,00

* Conselho Fiscal foi instalado em 19/04/2007.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em (30/06/2009)						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	41.333.326	60,00			41.333.326	60,00
Administradores						
Conselho de Administração	7	0,00			7	0,00
Diretoria	0	0,00			0	0,00
Outros (Free Float)						
Outros Acionistas	27.555.555	40,00			27.555.555	40,00
Conselho Fiscal*	0	0,00			0	0,00
Total	68.888.888	100,00			68.888.888	100,00

**Conselho Fiscal foi instalado em 19/04/2007.

VINCULAÇÃO À CLÁUSULA COMPROMISSÓRIAS DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES INDEPENDENTES
SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

São Paulo – SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR, individuais e consolidado, da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Sociedade”), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Sociedade.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis intermediárias contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com: (i) o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, no caso das informações individuais; (ii) a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e o CPC 21, no caso das informações consolidadas; e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, as Informações Trimestrais – ITR, originalmente apresentadas em 30 de julho de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência em 2010. Os efeitos da adoção dessas normas estão apresentados na referida nota explicativa.

Campinas, 10 de maio de 2011

01977-1 OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. 02.919.555/0001-67

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Edgar Jabbour
Auditores Independentes	Contador
CRC nº. 2 SP 011609/O-8	CRC nº. 1 SP 156465/O-9

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

01977-1	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	02.919.555/0001-67
---------	----------------------------------	--------------------

23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Reapresentação das informações em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01977-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	3 - CNPJ 02.919.555/0001-67
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010	12
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	14
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	16
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	18
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2010 a 30/06/2010	20
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/06/2010	21
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	22
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	103
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	104
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	120
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	122
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	125
		AUTOVIAS S.A.	
		CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.	
		CONCESSIONÁRIA ROD DO INTERIOR PTA S/A	
		VIANORTE S.A.	
		AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A	
		AUTOPISTA FLUMINENSE S/A	
		AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A	
		AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT S/A	
		AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.	
		PAULISTA INFRA-ESTRUTURA LTDA	
		LATINA MANUTENÇÃO DE ROD LTDA	
		LATINA SINALIZAÇÃO DE ROD LTDA	
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	127